



ATA Nº2/2022

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. --

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no antigo edifício dos Paços do Concelho, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2022 referente à sessão ordinária de 2022.02.25 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2021 -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – P015/2022 – prestação de serviços para auditoria externa das contas do município, para os anos económicos de 2022 a 2025 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – P159/2021 – prestação de serviços financeiros através de um contrato de leasing para aquisição de viatura, para efetuar o serviço de recolha de monos – relatório final -----



- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – P186/2021 prestação de serviços financeiros através de um contrato de leasing, para aquisição de 4 veículos elétricos – relatório final -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – P044/2021 – requalificação da Estrada de Minde – troço entre o KM 75+875 e o KM 79+650 -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – P053/2022 – Acordo Quadro de Eletricidade da Central de compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (BTN-IP/BTE/MT), durante 12 meses -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – minuta de adenda ao contrato de “P012/2021 – reconversão do Jardim de Infância em Centro Escolar da Atougua -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival – proposta de protocolo -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de protocolo -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Programa “Caminhos D’Ourém” 2022 -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda – pedido de reconhecimento de relevante interesse público -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística – pedido de declaração de interesse público municipal -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – aquisição de terreno com edificações – Praça D. Maria II e Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – pedido de isenção de taxas -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. – proposta de 3.º adicional ao contrato específico de 5 de julho de 1991 -----
- **02.18** – Período de intervenção aberto ao público. -----



----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
senhores:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Sílvio Soares da Conceição -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da
Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Helena Santos Pereira, eleita na lista PS, foi substituída pelo senhor **Edgar Ferreira
Enes** -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes, eleito na lista CDS-PP, foi substituído pelo senhor
Rafael Alexandre Pereira de Sá -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins, eleita na lista PS, foi substituída pelo senhor **João
Nuno Henriques Gonçalves** -----



----- Verificou-se a presença dos senhores PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: ---

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atougua – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----



----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 01/2022 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022.02.25. -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- “Na reunião da Comissão de Planeamento Estratégico abordou-se o tema que tinha decorrido de uma pretensão do grupo municipal do Partido Socialista, no sentido de ouvir a Direção da Insignare. Pareceu-nos, antes de qualquer outra ação, que o pudéssemos fazer em sede da Comissão. Cada partido político com representação de Planeamento Estratégico pode designar o elemento mais apropriado para esta audição. Numa primeira fase, vamos convidar a Insignare para uma reunião privada, havendo já sugestões para a ocorrência de outras audições.” -----

----- Comunicação da ANAM – Assembleia Nacional Assembleias Municipais, dando a conhecer o documento “Abril, mês da prevenção dos maus tratos na Infância” -----

----- Comunicação da Embaixada da Federação da Rússia em Portugal, dando resposta ao voto de protesto da AMO, no âmbito dos acontecimentos a ocorrer na Ucrânia. -----



----- Comunicação do Presidente do Município de Czestochowa agradecendo a carta de conforto remetida pela Assembleia Municipal ao Município de Czestochowa, cidade polaca, geminada com Ourém e que faz fronteira com a Ucrânia. -----

----- Comunicação do Prefeito Municipal de Ourém-Pará endereçando convite ao Presidente da AMO para estar presente nas comemorações inerentes ao “Feriado Municipal de Ourém/PA, 29 de maio” -----

Sobre a questão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que agradeceu o honroso convite, ficando o mesmo para outra oportunidade, uma vez que esteve presente nesta iniciativa, ocorrida em 2019. -----

----- Participações / Reuniões AMO ocorridas desde a sessão ordinária de 25 fevereiro 2022: -----

- 28 fevereiro – jantar D. António Marto, Quinta do Paúl, Ortigosa -----
- 03 março – 43.º Encontro Hoteleiros Fátima, Fátima -----
- 06 março – 40.º aniversário Orquestra Típica Ourém, TMO -----
- 12 março – inauguração Centro Recolha Oficial Ourém (Canil) -----
- 13 março – espetáculo Gente Nossa e Convidados, TMO -----
- 17 março – BTL 2022 – apresentação Art&Tur, FIL, Lisboa -----
- 18 março – apresentação projetos EMILEA (Equipa Multidisciplinar de Intervenção Local e Auto-Ajuda), construção nova sede e ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), Hotel Lux Mundi, Fátima -----
- 20 março – inauguração jardim Le Plessis-Trévise, Ourém -----
- 22 março – apresentação pública da programação “25 anos Cidade de Fátima”, Fátima -
- 25/26 março – reunião direção ANAM/ Conselho Geral ANAM, Macedo Cavaleiros -----
- 27 março – inauguração requalificação Estrada Fungalvaz, Fungalvaz -----
- Visita à obra Centro Cultural e Recreativo Peras Ruivas, Seiça -----
- 03 abril – XXII aniversário Associação Social Cultural Fontainhas de Seiça, Seiça -----
- 05 abril – reunião Conselho Municipal Segurança, Ourém -----
- 10 abril – sessão apresentação e lançamento dos primeiros dois produtos da marca “sabores Terras de Fátima”, Fátima -----



- 15 abril – Via Sacra, Vila Medieval, Castelo -----
- 16 abril – entrega de prémios, XII Torneio Futsal 24H, Liga Amigos Seção Bombeiros Freixianda, Freixianda -----
- 108 aniversário Banda Filarmónica Vilar Prazeres, Vilar Prazeres -----
- 18 abril – reunião Comissão Planeamento Estratégico, AMO
- 19 abril – sessão abertura I Semana Educação, TMO -----
- 21 abril – cerimónia tomada posse de Presidente Conselho Geral Agrupamento Escolas Ourém, Ourém -----
- 24 – Comemorações “25 de Abril”, Ourém -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Claramente que desde 2017 até ao presente momento, uma das grandes bandeiras deste executivo no seu exercício autárquico, tem sido a existência de um verdadeiro escrutínio público assente na proximidade com a população. -----

Neste sentido, assistimos neste mandato à criação da iniciativa “**Voz a Vós**”, a qual surgiu na sequência do projeto “**Ouvir Ourém e os Oureenses**”, com o objetivo de reforçar a relação de proximidade entre o executivo municipal e a comunidade. -----

São sessões públicas de esclarecimento, tendo decorrido, até à data, nas freguesias de Alburitel, Atougua e Caxarias, encontrando-se agendadas sessões em todas as freguesias até ao final do ano. -----



Durante um dia inteiramente dedicado à freguesia ou união de freguesias em causa, o executivo troca o gabinete pelo terreno, partindo ao encontro da comunidade, estabelecendo uma relação de proximidade facilitadora de resolução dos problemas mais prementes. -----

No final do dia, decorre a sessão pública de esclarecimento, durante a qual o Executivo Municipal privilegia o contacto direto com as pessoas, ouvindo preocupações/sugestões, prestando esclarecimentos, justificando e debatendo problemas e possíveis soluções. -----

Paralelamente a este projeto assistimos recentemente ao nascer de uma outra iniciativa: **“Cidadania em ação – à conversa com o Presidente”**, desta vez vocacionada para os nossos jovens, nas escolas e colégios do concelho. -----

Estas conversas visaram dar a conhecer a realidade, a missão e a importância da Instituição Câmara Municipal, o papel desempenhado pelo seu executivo e o seu quotidiano, mas também foi um fórum perfeito para apontar problemas e desafios existentes na nossa comunidade local, na visão daqueles que serão o nosso futuro, os agentes de desenvolvimento do nosso território. -----

Foram já efetuadas sessões nas diferentes escolas e colégios do concelho tendo terminado esta iniciativa no Colégio Sagrado Coração de Maria em 22 de abril último. -----

Houve questões sobre assuntos diferenciados, desde o ordenamento do território, sustentabilidade, interculturalidade, inclusão, alimentação, saúde, ação social, entre outras. -----

Este é mais um exemplo da aproximação dos eleitos locais a, neste caso, futuros eleitores do concelho dando-lhes a possibilidade de poderem obter mais conhecimento sobre a gestão do nosso território. -----

Por considerarmos que estes dois programas são excelentes exemplos de iniciativas que visam a aproximação à população, entendemos ser devida uma palavra de parabéns ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente Luís Albuquerque, pela sua concretização. -----

É caso para dizer que com a renovação do ciclo autárquico, continua bem viva a grande premissa de haver uma participação cidadã na vida do Município.” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: **“Apoio ao Associativismo Ourense** -----

Muito boa tarde a todos, -----



Dirijo-me hoje a esta Assembleia Municipal para dar uma nota de agradecimento pelo trabalho que tem vindo a ser realizado por este executivo no que toca ao apoio ao associativismo no nosso concelho. -----

O associativismo, nas suas várias vertentes, enriquece a população, traz vida às localidades, valoriza as suas gentes. E por isso mesmo, é notório o apoio que tem sido prestado ao Associativismo Cultural, Desportivo e Recreativo no Município de Ourém por parte deste executivo. -----

Mais concretamente, para o ano de 2022 prevê-se um apoio total de 393.427,50 €, sendo este o maior montante alguma vez atribuído, importa aqui salientar. -----

O apoio é transversal e engloba agrupamentos de escuteiros, associações desportivas, culturais, recreativas, de ranchos, dança, entre tantas outras que têm aqui uma preciosa ajuda ao seu funcionamento e que possibilita que desenvolvam melhor as suas atividades, que tanto dignificam o nosso concelho. -----

Atribuído de forma criteriosa, regulamentada e transparente, este apoio é uma mais-valia para a população do concelho de Ourém e para a dinâmica das nossas Associações. -----

Muito obrigado.” -----

= **SILVIO SOARES DA CONCEIÇÃO**, na qualidade de representante do grupo municipal CHEGA, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de apresentar duas sugestões -----

Uma delas tem a ver com a avenida Irmã Lúcia. Estrada principal de Fátima, nos cruzamentos que dão para os dois supermercados, a tinta no piso já desapareceu. Não sei se será da competência camarária, mas sugeria refazer a pintura. -----

Uma outra sugestão. A avenida do Estoril é sempre uma grande confusão, principalmente nos dias de grande movimento em que ninguém sabe bem o que fazer, principalmente, quem vem de norte para sul, com as duas faixas. Sugeria, e quem de direito há de saber melhor, a faixa do meio dar acesso exclusivo aos parques. De vez em quando há ali acidentes, quem está na faixa da direita e quer ir para os parques. -----

Deixo estas sugestões” (questões a abordar pelo senhor Presidente da Câmara Municipal no ponto 02.02 da ordem de trabalhos) -----



= **MÓNICA FILIPA GASPAR FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “**SEMANA SANTA EM OURÉM** -----

A Vila Medieval de Ourém recebeu, pela primeira vez, após o enquadramento da requalificação do Castelo e Paço dos Condes e depois do interregno desde 2019 devido à pandemia, a reedição da Via-Sacra ao Vivo, expressão máxima das celebrações da Semana Santa em Ourém, que mobilizou centenas de pessoas para assistir ao evento. -----

Nas ruas históricas do velho burgo vivenciou-se com especial intensidade as recriações da última caminhada terrena de Jesus Cristo, desde Jerusalém até ao Calvário, dramatizada por cerca de 100 atores e figurantes locais. A recriação bíblica foi enriquecida com orações e cânticos religiosos ao longo das 14 estações, num cenário que não se realizava desde 2019, devido à pandemia. O evento contou com a parceria da Junta de Freguesia e a Paróquia de N.^a Sr.^a das Misericórdias. Beneficiou ainda das colaborações da Sociedade Filarmónica Ouriense, da Guarda Nacional Republicana, dos Agrupamentos de Escuteiros do concelho. -----

O programa cultural da Semana Santa na Vila Medieval, que decorreu de 10 a 17 de abril foi reforçado com um conjunto de iniciativas culturais e educativas destinadas a crianças, famílias e públicos em geral, residentes e turistas, aliada às cerimónias religiosas. -----

A exposição de fotografia alusiva à Via-Sacra, o Concerto de Música Sacra pelo Coro Ourearte, da Escola de Música e Artes de Ourém, o Ateliê de Páscoa, o Roteiro de Arte Sacra e a atividade “Onde está o foliar da Páscoa”, no Castelo e Paços dos Condes, são disso exemplo, a par das visitas guiadas. -----

A bancada do PSD agradece a todos os que contribuíram para a realização de mais uma edição da Semana Santa, em particular, para o evento da Via Sacra ao vivo na vila medieval, ao elenco que deu vida às personagens bíblicas, aos elementos do grupo coral, ao encenador e demais envolvidos e ao público presente, que vem comprovar que esta aposta é correta como evento ex libris para a valorização do património e a cultura do concelho de Ourém.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----



Comemoramos hoje a passagem do quadragésimo oitavo aniversário do 25 de Abril, uma data histórica para Portugal e para todos os portugueses. -----

Este marco indelével da nossa História marca o fim da ditadura, que fustigou o nosso país por quase cinquenta anos, e o começo de uma nova era, pautada pelos valores do humanismo, da democracia, da paz e da liberdade. -----

Para todos aqueles que contribuíram e tornaram possível o começo de uma nova esperança para um Portugal mais livre e democrático, o MOVE deixa aqui a expressão do seu maior agradecimento e gratidão. -----

Porém, não nos iludamos: nada daquilo que hoje conhecemos como liberdade e democracia está dado como adquirido. -----

Que o diga o povo ucraniano, cuja soberania e integridade do seu território tem sido barbaramente posto em causa, e onde são negados direitos fundamentais, desde logo o direito à vida, mas também o direito à liberdade, precisamente aquele que hoje aqui celebramos de viva voz. -----

A liberdade tal qual hoje a conhecemos também não está imune a fenómenos crescentes de populismo ligados a movimentos de extrema direita que florescem por toda a Europa. -----

Ainda ontem em França, o populismo ameaçava sobrepor-se aos valores do humanismo e da democracia. -----

Felizmente, os franceses souberam estar à altura das exigências e evitaram que a extrema direita subisse ao poder. A verdade é que ganharam os franceses, mas sobretudo ganhou toda a Europa. -----

Em Portugal, vivemos momentos de incerteza e de dificuldades, principalmente decorrentes da actual conjuntura internacional, de que os efeitos económicos nefastos provocados por esta guerra injusta e absurda assumem o papel principal. -----

O problema é que estes efeitos negativos vêm somar-se a outros problemas estruturais, endémicos, de que o país vem padecendo há já longos anos, e que adensam ainda mais as nossas preocupações. -----

Para tanto, uma larga maioria dos portugueses confiaram no Partido Socialista para ser o obreiro das reformas de que o país tanto precisa. -----



Oxalá o governo não desperdice esta oportunidade de ouro – literalmente de ouro, graças aos milhões da Europa – para dar um novo impulso a Portugal, na senda do crescimento, da criação de riqueza e da melhoria das condições de vida de todos portugueses. -----

É o mesmo que se espera da actual maioria PSD/CDS no nosso concelho, à qual uma expressão significativa dos oureenses confiaram a gestão da coisa pública nos próximos quatro anos. -----

De facto, a intolerância e a arrogância, nunca foram boas conselheiras, sobretudo quando temos exemplos de má memória no país em que o poder absoluto corrompeu absolutamente. --

Estou certo de que não será isto que teremos entre nós. Mas para que tal aconteça temos de ser tolerantes e honrar os valores de Abril. -----

Temos de honrar a herança daqueles que lutaram para que hoje a liberdade e a democracia sejam valores perenes e não efémeros. -----

Também uma palavra para os jovens, que têm nas mãos a enorme responsabilidade de preservar estes valores e de lutar por um futuro que se deseja mais auspicioso e risonho. -----

Cabe-lhes honrar a história e evitar que ela se perca no esquecimento. -----

Bem sabemos que as democracias têm as suas vulnerabilidades. Tal como afirmou Winston Churchill, "*a democracia é o pior dos regimes, à excepção de todos os outros*". -----

Saibamos todos fazer da democracia, senão o melhor, pelo menos o menos mau dos regimes.

Mais do que um dever, é um imperativo do nosso tempo. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva a Liberdade! -----

Obrigado!" -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: "Cumprimentos -----

Quero expressar perante esta Assembleia o meu agradecimento ao Município e á equipa das brigadas municipais pelo excelente trabalho realizado aquando da sua permanência na União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos. -----

Foi uma ajuda muito importante em várias áreas. A destacar a abertura de caminhos vicinais, a reparação de vias secundárias com aplicação de tout venant, limpeza de bermas e valetas. A



beneficiação das bermas com aplicação de tout venant, na estrada 356, trabalho este de grande relevo, para permitir aos peões e em particular aos peregrinos, que nesta altura começam a sua peregrinação até Fátima, circular em maior segurança. -----

Por tudo isto o meu, nosso muito obrigado!" -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: "Poderia começar este texto, pela parte romântica, quando um grupo de militares ruma a Lisboa que terminou numa revolução que ditou o fim da ditadura em Portugal ... -----

Sim, e, poderia associar os cravos que os militares iam colocando nos canos das suas armas, como que mostrando a não necessidade de violência, dando um sinal nítido de que a defesa era das pessoas contra um estado tirano virando a página da história em Portugal! -----

Mas, o que mudou? -----

A nossa vida muda de forma radical com esta revolução, e complementada com Novembro de 75, quando Portugal, de forma serena, começa a trilhar o seu caminho em direção à democracia plena, onde se cria uma lei essencial para orientação futura, onde se dão passos seguros e firmes que nos trouxeram até aos dias de hoje, onde, com alguma tranquilidade nos é permitido emitir as mais diversas opiniões pessoais, sem que haja um olhar cuidado para quem nos rodeia ... -----

Há toda uma panóplia de serviços que nos são agora trazidos por via das políticas sociais que Portugal adaptou, desde a saúde à educação com saldos muito positivos no bem-estar geral, chegando a números de longevidade em gozo de boa saúde ou gerações com o máximo de formação escolar ... -----

Tudo isto, descrito desta forma, transporta-nos para um país, visto de cima, sem descer às suas realidades e vivências, pois, ainda continua a existir um comportamento de ditadura camuflada, onde a não responsabilização, vai permitindo que não se apure verdadeiramente, responsáveis por prejuízos no coletivo e na causa pública! -----

Tudo isto, nos traz até ao estado atual da dita representação popular nas assembleias, onde partidos com tradição nestes anos de democracia, linearmente desaparecem, ou são redzidos a mínimos históricos ou perdem completamente a influência para o que quer que seja ... isto



adicionando os níveis fantásticos da abstenção, que nos mostram que uma das grandes vitórias do 25 de Abril, é correspondido de facto de forma indiferente por quem tem a possibilidade de escolher, mas, também os escolhidos nada fazem para alterar esse movimento de indiferença... -----

Veja-se aqui no concelho, onde a indiferença perante quem gere o futuro, consegue eleger uma maioria com os votos de 34% dos eleitores! Estranho, não é? -----

Isto, permite, assistir a laivos de importância individual, essencialmente egocêntricos, que chocam claramente com os ideais do acontecimento que hoje comemoramos, a democracia! Tivemos, recentemente, uma oportunidade ímpar, assim o esperamos, de assistir nesta Câmara a um ataque desse calibre à democracia e à escolha popular para os seus representantes! Nesta Câmara um dirigente eleito pela escolha popular, explica-nos que só tem satisfações a dar a quem votou nele! Isto não bastando, passa em aberto sem qualquer chamada de atenção! -----

Numa sessão oficial! Será este o caminho que desejamos? Será este o caminho para onde a democracia nos leva?? -----

Senhores e senhoras, talvez seja este o momento para se repensar, com carácter de urgência, qual o futuro que se pretende dar aos vindouros, pois as mensagens que o povo está a lançar à sociedade actual, estão aqui, hoje, para quem as queira ler e interpretar com vontade real!" --

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: -----

Declaração: "48.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caros Colegas -----

Comunicação Social -----

Ourenses -----

Comemoramos neste dia mais um aniversário do 25 de abril, num contexto mais livre do que nos dois anos anteriores, fruto da pandemia que direta ou indiretamente a todos nos afetou, limitando de alguma maneira a nossa liberdade. -----



Neste dia histórico para o nosso país não podemos de modo algum deixar de enaltecer os militares de abril, cujo ato histórico tornaram possível o derrube de um regime opressor, que viria a culminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição de 1976. -----

Sendo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) uma das principais conquistas de abril, gostaríamos também de destacar o relevante papel dos profissionais de saúde, reafirmando que são um pilar essencial na sociedade a quem devemos agradecer a sua coragem e dedicação. -----

O que esta pandemia veio demonstrar é que é necessário mais profissionais de saúde, mais equipamentos, melhores instalações, para que todos os profissionais do SNS tenham as condições essenciais para poderem desempenhar cabalmente as suas tarefas. -----

48 anos depois do 25 de abril, o concelho de Ourém vive um cenário muito preocupante no acesso à saúde. As populações testemunham diariamente o agravamento dos serviços de saúde pública e não visionam respostas aos seus anseios. -----

Devemos a criação do Serviço Nacional de Saúde à revolução de abril e ao investimento público muito significativo nos últimos 48 anos, mas nunca como hoje temos tantas razões de descontentamento. -----

Oureenses, -----

O PSD orgulha-se da sua história e desde os alvares do 25 de abril que assumimos um papel relevante na construção de um Estado democrático, na consolidação da democracia política, económica, cultural e social, sendo esta, aliás, a nossa verdadeira matriz. -----

O PSD tem hoje em Ourém responsabilidades governativas que lhe foram conferidas de uma forma clara nas últimas eleições autárquicas. -----

Obtivemos uma vitória eleitoral histórica, num contexto de uma democracia consolidada e participativa, demonstrando que o projeto de desenvolvimento que advogamos é o que melhor serve os interesses do concelho, assente numa visão moderna, corajosa, ambiciosa e equilibrada da gestão dos recursos públicos. -----

Em democracia, tanto se serve no poder como na oposição e os que não conseguiram alcançar os seus objetivos políticos, mas que têm responsabilidades públicas, devem assumir e



desempenhar na plenitude os seus lugares para os quais foram eleitos, honrando a vontade da população e não desvirtuado os valores de abril. -----

Nem sempre os que mais falam do 25 de Abril são os que maior fidelidade demonstram aos seus ideais. -----

Caros colegas, -----

Comemoramos este ano o Dia da Liberdade num tempo que é, simultaneamente, de esperança, mas de grande preocupação por uma guerra que ocorre na Europa e que terá consequências imprevisíveis no nosso futuro. -----

Há dois meses a Federação Russa invadiu barbaramente a Ucrânia, um país soberano, livre e democrático e estamos a assistir dramaticamente à morte injustificada de milhares de pessoas e à destruição generalizada de um país. -----

O que está também em causa nesta guerra são os valores da democracia contra o autoritarismo e só em conjunto o podemos vencer. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Uma das principais conclusões que devemos colher destes 48 anos do 25 de abril é que esta data não tem donos nem tutelas. Não pertence exclusivamente a nenhum partido político, a nenhuma personalidade nem a nenhum grupo da sociedade. O 25 de abril é de todos, a democracia é de todos e a todos deve servir. -----

O 25 de abril não foi feito para dividir os Portugueses, mas sim para uni-los em torno de um desígnio comum. Foi esse o sonho nascido em abril de 1974. -----

Muito obrigado.” -----

Documento: “Na última Assembleia Municipal, foi discutida a proposta de revisão orçamental, como motivo da inclusão do saldo de gerência que transita das contas de 2021. -----

Nós já conhecemos os fundamentos que, de saldo em saldo de gerência, ano após ano, o partido socialista assume como uma “teoria de insucesso de execução do programa do executivo” e que, representa um executivo “ambicioso a planear e desastroso a implementar”, existindo “uma clara inconsequência da governação a adiar um sistemático daquilo que estaria facilmente ao alcance de uma gestão assertiva”. -----



Particularmente este ano, com esta revisão orçamental e graças ao mecanismo do saldo de gerência, num raciocínio de causa efeito, tanto diabolizado pelo PS em Ourém, será finalmente possível canalizar o investimento, por exemplo, para o edifício multiusos de Caxarias, para novas instalações da Junta de Freguesia e Centro de Saúde, que como todos bem sabem até este momento foi impossível de realizar pelos executivos anteriores por falta, sobretudo, de disponibilidade financeira. -----

Parece incrível, mas na proposta de inclusão do saldo de gerência deste ano, a freguesia de Caxarias, a única do Partido Socialista, é aquela que vê mais dinheiro alocado para investimentos estruturais no seu território. Ficamos desta maneira surpreendidos pela abstenção do PS sobre este assunto, supomos que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, deve ter ficado bem aliviado porque apesar de isolado nessa bancada, teve o conforto da bancada do PSD e o apoio solidário e institucional de todos os outros Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.” -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que estava presente um grupo de munícipes que pretendiam intervir, verificando-se a seguinte intervenção: -----

----- SÍLVIA SILVA, em representação de um conjunto de mães, manifestou o “desespero” das mesmas pela falta de um local onde possam deixar os seus filhos, aquando do regresso ao trabalho. -----

Conforme disse, o problema não é de agora, mas está a agravar-se. Neste momento, “contabilizam-se um total de 35 mães nesta situação, sobretudo na freguesia de Fátima”. -----

Mais disse “já inscrevemos os bebés em maio do ano passado e já fomos informadas de que nem em setembro deste ano teremos vagas”, uma situação insustentável que tem obrigado estas mães a pedir licença alargada. -----



Estas munícipes recorreram a esta Assembleia Municipal, porque entendem poder ser ouvidas e terem uma voz ativa na resolução deste problema. -----

----- Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Senhor Presidente -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Senhores vereadores -----

Há cerca de 3 anos, tive exatamente o mesmo problema. Em Fátima não havia cresce. Logo que a minha filha mais nova nasceu, tentei inscrevê-la e tive esse problema. Na altura abriu uma cresce em Fátima, a pagar e tive de me sujeitar a isso, mas sei, por exemplo, ao falar com a responsável pela cresce, que no ano passado estavam com problemas para abrir porque não tinham crianças suficientes. Isto talvez porque o valor é elevado. -----

Não sei se é possível ou não, a Câmara dar um apoio nisso.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

A Junta de Freguesia está ciente deste problema em Fátima, um problema que se vai agravar.

A Sofia falou em 35 lugares, ou seja, há 35 pais em Fátima que não têm lugar para os seus filhos. -----

Relativamente ao que o Nuno Baptista disse, a situação dessa cresce aconteceu, mas não podemos esquecer que vivíamos uma situação de pandemia, em que estavam os pais em casa, estavam os avós e agora não se põe essa situação. Precisamos é de vagas para pôr estas 35 crianças. -----

é um problema que se vai agravar ainda mais.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente; a mesa -----

Senhores vereadores -----



Membros da Assembleia Municipal -----

Público -----

E, em especial, as mães aqui presentes, preocupadas com a situação de falta de vagas nas cresces do nosso concelho. -----

Começo por recordar que as cresces não são uma responsabilidade das câmaras municipais. Quem gere as cresces são as IPSS, entidades privadas ou entidades que trabalham nessa área. -----

O senhor deputado, Nuno Baptista falou num problema, levantado aqui. Tivemos o cuidado de dizer às IPSS que era necessário investir nesta área, até porque iria haver dinheiro no âmbito do PRR para este tipo de investimentos. -----

Recentemente, terminou o prazo de apresentação de candidaturas para a construção ou requalificação de novas cresces no nosso concelho, tendo aparecido 3 candidaturas, mas nenhuma da Freguesia de Fátima. não foi por falta de aviso. -----

O que se pode perspetivar a curto prazo, em termos de construção de novas cresces, como vos disse, há 3 candidaturas, uma na Gondemaria, uma no Fárrio e uma nas Matas. Estas, pensamos que poderão ter pernas para andar. -----

Ao contrário do que foi aqui dito, hoje, não há vagas de cresces em lado nenhum. Na Freixianda a cresce está completamente cheia, inclusive há pais que estão a colocar os seus filhos em Santa Catarina da Serra. -----

Nós temos, também foi um dos nossos compromissos eleitorais, consciência de que existem pais que têm os seus filhos em cresces privadas e que a mensalidade é muito alta. Entendemos que isso é uma injustiça porque entendemos que todos os encarregados de educação, todas as famílias têm direito a ter apoio por parte do Governo no âmbito dos protocolos celebrados com a Segurança Social. Recentemente, foi anunciado que iria haver cresces gratuitas para todos, o que, parece-me ainda não aconteceu. É neste sentido que o estamos a alterar o nosso regulamento de apoio à natalidade, incluindo mais uma versão a de apoio às famílias que têm crianças nas cresces e não têm apoio da Segurança Social, precisamente, para ver se conseguimos equiparar as famílias no mesmo sentido porque, parece-me, não deve haver famílias de primeira e de segunda. É neste sentido que vamos



fazer um esforço para apoiar essas famílias que podem colocar os seus filhos em creches, a pagar um valor mais elevado. Estamos a fazer um esforço para diminuir esse encargo para as famílias. -----

Numa próxima Assembleia Municipal virá uma adenda ao regulamento de apoio à natalidade que terá a vertente de apoio às famílias que têm crianças a frequentar as creches. -----

Dizer ainda que na Freguesia de Fátima, onde existe a maior necessidade, a APAJE Fátima, a IPSS que trabalha nesta área, está em fase de aquisição de um terreno para construção de uma creche. Este negócio que a APAJE terá feito com um privado e, pelo que sei, está concluído, em termos de negociação, mas está com problemas administrativos, de legalização de terrenos e, por isso, ainda não foi adquirido e também não avançaram para o respetivo projeto. Não me parece que seja a curto prazo que esta situação seja resolvida em Fátima, uma vez que, parece que também não há qualquer outra instituição que esteja a trabalhar nesse projeto. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Muito obrigada por terem vindo -----

O assunto que trouxeram é de extrema importância, de altíssima relevância de interesse municipal. -----

Há aqui uma denúncia clara de uma incongruência. Tentamos a todo o custo fixar população; cativar mais gente para o nosso concelho; apelamos à natalidade e depois, da parte do sistema, há uma lacuna muito forte na oferta e que deixa os pais que trabalham e, depois das licenças de maternidade e paternidade, veem-se com esta situação. -----

Há aqui, desde logo, uma evidência que põe a nu um fracasso da Segurança Social nacional, uma responsabilidade da Segurança Social. -----

Temos ouvido, de forma persistente, nos diferentes programas e nos diferentes atos eleitorais, a oferta de creche que é gratuita para todos. Tem sido um compromisso eleitoral que não tem sido cumprido. -----

Pese embora esta situação, penso que a ideia que o senhor Presidente lançou aqui, não cabe à Câmara a construção de espaços nem a contratação de valências para creche, embora o



faça de forma indireta, no apoio a diferentes IPSS. São as IPSS que vão preenchendo uma lacuna do Estado. É assim também na valência de apoio à terceira idade, é assim nos cuidados continuados, é assim num conjunto das valências que a nossa sociedade tem necessidade. -----

Nesta questão da cresce, a Assembleia Municipal irá fazer um apelo forte à Segurança Social, identificando esta lacuna no concelho de Ourém. -----

Fazíamos também um apelo à Câmara Municipal para que, junto da IPSS APAJE Fátima, é em Fátima que está a maior procura, por todos os meios tentassem acelerar procedimentos para que a oferta seja o mais célere possível. -----

A vossa vinda aqui serve para trazer um tema de extrema importância, o que agradecemos. ----

Estamos sensibilizados para a questão e, da nossa parte, vamos tentar saber quais os caminhos mais céleres na busca de soluções que V.^{as} Ex.^{as} procuram. -----

O senhor Presidente da Câmara tomou boa nota disso, pese embora não seja uma responsabilidade dele e do Município, está disponível para, em conjunto, arranjar soluções. ----

Muito obrigado” -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “**Excelentíssimos,** -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais, -----



Estimados oureenses, -----

É com muita honra que me dirijo a esta Assembleia num dia tão especial e histórico quanto este em que se assinalam 48 anos desde o 25 de abril de 1974. -----

Celebrar a Liberdade é um direito e é também um privilégio. Ainda em contexto pandémico, mas bem longe daqueles longos meses de sacrifício e privação, sabe-nos hoje ainda melhor saborear o Dia da Liberdade, mesmo que a pandemia não esteja totalmente erradicada e que ainda nos obrigue a precauções e restrições. -----

Há dois anos, lutávamos arduamente contra um inimigo sem rosto. Há um ano, já tínhamos sofrido as primeiras perdas humanas, mas também já víamos a luz, refletida no processo de vacinação. -----

Hoje, sentimo-nos cada vez mais livres e capazes de enfrentar as consequências deste flagelo, com muito maior confiança. O processo de vacinação resultou num verdadeiro sucesso, especialmente em Ourém. O nosso Ponto Municipal de Vacinação foi notícia em todo o país, pela excelência da qualidade do trabalho dos profissionais de saúde, técnicos municipais e voluntários. E sobretudo pela eficácia do serviço, que catapultou Ourém para a primeira linha dos municípios com maior taxa de vacinação. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Bem sei que o flagelo da pandemia até já deixou de ser notícia, mas nunca será de mais reforçar, felicitar e agradecer o empenho de todos os profissionais de saúde envolvidos no processo de vacinação, bem como todos os que trabalharam e trabalham nas unidades de saúde do nosso Concelho e nos centros hospitalares da região. -----

A todos estes briosos profissionais de saúde, bem como a todos os que colaboraram direta ou indiretamente nesta missão, reforço o meu muito obrigado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ourém e em nome de todos os oureenses, por contribuírem para que hoje possamos celebrar mais este 25 de abril em liberdade. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Há precisamente 48 anos, Portugal mudou. Morreu a Ditadura, nasceu a Democracia. Quase meio século depois, aqui estamos, a desfrutar precisamente da Democracia, o verdadeiro objetivo da Revolução e o maior legado que os seus bravos protagonistas nos deixaram. -----



Hoje, quase meio século depois, os tempos são outros. A democracia que construímos em cima de cinco décadas é um bem adquirido e inegociável. Sobretudo em tempos sinuosos como os que vivemos. -----

Hoje, com uma guerra às portas da Europa, cerca de duas centenas de refugiados a procurar abrigo, conforto e segurança neste nosso Concelho de Ourém, temos a obrigação de defender e reforçar os valores de Abril. -----

Embora à distância, vivemos sob a ameaça de um conflito armado, violento e brutal. Uma guerra que nos causa transtorno a milhares de quilómetros de distância, que nos traz prejuízos económicos com os quais não contávamos. Uma guerra infame, que causou milhares de mortos e parece não ter fim. -----

Enquanto Presidente da Câmara Municipal, tenho testemunhado bem de perto a agonia, o sofrimento e a incerteza de dezenas de famílias que vieram ao nosso encontro em busca de refúgio. -----

Estamos perante um contexto brutal e atroz, que nos obriga a agir para minimizar a dor destas pessoas, procurando responder na medida das nossas possibilidades, enquanto seres humanos que somos, com coração e, sobretudo, com memória. -----

Os valores de abril também sustentam esta nossa ação, enquanto defensores da liberdade, do espírito democrático e da sadia convivência entre todos, sem olhar a rostos, credos, etnias, géneros, nacionalidades ou antepassados. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

Permitam-me que enquadre Ourém e o nosso Concelho neste contexto brutal em que milhares de pessoas perderam a vida, e muitos milhões foram obrigados a abandonar as suas casas, o seu país, as suas próprias famílias. -----

A 18 de abril, o Serviço de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Ourém tinha conhecimento da existência de 197 cidadãos ucranianos realojados no nosso Concelho: 78 dos quais, realojados pelo Município de Ourém; os restantes 119, realojados em casa de amigos e familiares que já tinham residência no nosso Concelho. -----

São números que crescem de dia para dia e atestam bem a gravidade deste flagelo. -----



Já tive oportunidade de o dizer hoje, na presença de muitas destas famílias ucranianas, que o Município pugna pela liberdade e vai continuar a responder a esta crise humanitária, procurando criar condições para que todas estas pessoas possam sentir Ourém como a sua casa, como um local seguro e propício para uma nova vida. -----

Podem continuar a contar com um Município ativo e empenhado num futuro ainda melhor. Podem contar com uma comunidade resiliente e apostada no desenvolvimento social. Uma comunidade que sabe receber e que gosta de receber e acolher. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Permitam-me que sublinhe, com muito orgulho e sem falsas modéstias, a capacidade e a qualidade da resposta que o Município de Ourém tem conseguido dar, num contexto tão adverso quanto aqueles que vivemos. -----

É uma resposta clara e inequívoca, suportada na afetação de milhões de euros no combate à pandemia, e agora também na resposta a mais esta crise humanitária provocada pela guerra. --

Só um Município financeiramente equilibrado, conseguiria dar uma resposta tão cabal quanto esta. E esse equilíbrio, minhas senhoras, meus senhores, atinge-se pelo rigor, pelo brio, pelo profissionalismo, de quem não sendo profissional, faz profissão de fé da defesa dos interesses de toda uma comunidade. -----

Esse rigor está plasmado no documento que hoje tenho a honra de submeter à apreciação desta Assembleia. A Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município, referente ao ano de 2021, consagra resultados positivos, perpetua a inexistência de pagamentos em atraso e espelha o maior investimento de sempre, na mesma medida em que consolida a redução da dívida pública. -----

O resultado do exercício de 2021 está em coerência absoluta com a estratégia de rigor da qual não abdicamos, precisamente a mesma que tem vindo a contribuir decisivamente para o equilíbrio financeiro das contas municipais. -----

Minhas senhoras, Meus Senhores -----

E porque vos falo de rigor, como sabem o município tem vindo a assumir todas as competências preconizadas, de forma universal, na famosa Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades



intermunicipais. As áreas transferidas são inúmeras, mas permitam-me que dê especial enfoque em três áreas: Educação, Ação Social e Saúde, uma vez que são as que implicam as maiores transferências de recursos. -----

Na Educação, competências assumidas na sua plenitude em setembro de 2020, o processo, quer a negociação prévia, quer a transferência, decorreu com grande normalidade, estando em condições de afirmar que para a comunidade educativa, este se traduziu numa mais valia, pois a proximidade permite resolver problemas com maior celeridade e qualidade. Por outro lado, em termos financeiros está também estabilizado, e estamos a falar de valores anuais superiores a três milhões e setecentos mil euros. -----

Na área da Ação Social, apesar de nos ser permitido adiar a sua assunção para o início de 2023, considerámos que tínhamos condições para assumir esta transferência em abril deste ano. Assim, desde o dia 1 de abril que os serviços de SASS e RSI estão a funcionar no Centro de Exposições, sob a supervisão do nosso Serviço de Ação Social. De acordo com o feedback que temos, esta centralização dos serviços é uma mais valia, pois permite de forma mais célere e articulada responder às necessidades das pessoas. Neste ponto quero congratular o profissionalismo e dedicação de todos os intervenientes, nomeadamente a nossa equipa interna de Ação Social e a equipa de acompanhamento da Segurança Social, pois foram incedíveis na condução de todo o processo. -----

Já no que concerne à Saúde, o “caminho” tem sido mais sinuoso. Se por um lado, decorre da lei que as competências seriam transferidas a 1 de abril, por outro, a transferência só se efetiva com a assinatura do respetivo auto. Como referi na Assembleia anterior, considero que não existem ainda condições objetivas para a sua assinatura, sob pena de penalizar o município e com o risco de perdas de qualidade dos serviços prestados. Devo dizer-vos que já recebemos 5 autos diferentes, já reunimos por diversas vezes com a comissão de acompanhamento, no entanto não conseguimos, até ao momento, chegar a qualquer acordo que viabilize a nossa anuência. Assim, estamos a aguardar nos seja feita nova proposta que se aproxime minimamente do que consideramos justo para Ourém. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----



Termino esta minha intervenção, recuperando a celebração do Dia da Liberdade, nesta que é também a Casa da Democracia. -----

Porque a democracia é um bem inestimável e a nossa liberdade não tem preço, o Município de Ourém continuará fortemente empenhado em perpetuar os valores do 25 de abril, de geração para geração, pois esse é o nosso legado, essa é a nossa obrigação! -----

Viva Ourém -----

Viva Portugal -----

Viva o 25 de abril!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

| Anexo | Nova Estrutura | Nomenclatura |
|-------------|--|--------------|
| Anexo A | Divisão de Gestão Financeira | DGF |
| Anexo A.i) | Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento | SCPA |
| Anexo B | Divisão de Recursos Humanos e Informática | DRHI |
| Anexo C | Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos | DOMSU |
| Anexo D | Divisão de Urbanismo e Território | DUT |
| Anexo D.i) | Serviço de Planeamento do Território | SPT |
| Anexo E | Divisão de Ação Cultural | DAC |
| Anexo F | Divisão de Educação e Vida Saudável | DEVS |
| Anexo F.i) | Serviço de Ação Social e Saúde | SASS |
| Anexo F.ii) | Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude | SADJ |
| Anexo G | Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente | DAFCE |
| Anexo H | Divisão de Empreendedorismo e Turismo | DET |
| Anexo I | Divisão de Fiscalização e Contencioso | DFC |
| Anexo I.i) | Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais | DFC |
| Anexo J | Divisão de Ambiente e Sustentabilidade | DAS |
| Anexo K | Divisão de Projetos Técnicos | DPT |



| | | |
|---------|--|------|
| Anexo L | Serviço de Atividades Municipais e Protocolo | SAMP |
| Anexo M | Gabinete de Imagem e Comunicação | GIC |
| Anexo N | Serviço Municipal de Proteção Civil | SMPC |
| Anexo O | Gabinete Técnico Florestal | GTF |

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento todos os presentes, neste dia e nesta sala, e todos os que nos estão a acompanhar. Acho que é uma excelente opção para o nosso concelho e sempre uma mais valia. -----

Gostaria de dirigir uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, que cumprimento na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

A minha questão tem a ver com a agenda cultural. Gostaria de saber o que está programado, o que tem para nos oferecer a agenda cultural este ano. -----

Muito obrigada” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal ----

Relativamente à candidatura “Uma casa de todos para todos” para a programação dos espaços culturais creditada pela rede de teatros e cineteatros portugueses, sabendo que a mesma foi aprovada, quais os benefícios que os municípios vão ter relativamente à referida candidatura, que tipo de programação cultural poderemos esperar? -----

Obrigado” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----

Tendo já sido entregue a proposta de Orçamento de Estado para 2022, questiono se tem conhecimento se as transferências para o nosso Município sofreram alterações ou se mantêm em valores equiparados aos dos anos anteriores. -----



Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----

Tenho duas ou três perguntas -----

Decorreu, na semana passada, a 1.^a Semana da Educação de Ourém. Na última reunião de líderes foi aprovada, por unanimidade, a audição dos diversos intervenientes do ensino profissional no concelho de Ourém, nomeadamente, a senhora diretora executiva da Insignare; os outros sócios da Entidade; a senhora Vereadora do pelouro da educação; entre outros, para que sejam dadas explicações e soluções. -----

Na referida Semana da Educação a única presença e menção à Insignare foi um showcooking. Parece-nos manifestamente muito pouco quando todos sabemos que a questão do ensino profissional neste concelho será o maior problema da Educação. -----

Posto isto, tenho duas questões -----

Pergunto se não faria sentido uma discussão profunda e rápida sobre o Ensino Profissional neste concelho. Continuo a achar, como por diversas vezes disse nesta Assembleia, que tudo corre bem e não é um problema. -----

Outra pergunta, algo que me deixa preocupada e não sei se caberá propriamente à Câmara Municipal, tem a ver com a questão dos apoios no âmbito do programa PARES, os inúmeros lares de idosos que foram atribuídos ao nosso concelho. A Câmara dará a sua participação, certamente, mas tenho muito receio que, com o aumento do preço da construção, muitos deles sejam inviáveis. Há alguma solução para isso? Poderão aumentar a participação? Estamos a falar na área de construção, num aumento de 20/30%. Muitas dessas associações terão muitas dificuldades. -----

Relativamente ao assunto que nos foi trazido por estas mães. Tenho conhecimento, por exemplo, o Município de Almeirim está a construir uma cresce municipal. sempre foram as IPSS do concelho que tomaram esta iniciativa, mas também não podemos obrigar ninguém a fazê-lo. Não tendo conhecimento profundo da questão da APAJE, mas a APAJE já tem vários sítios, o que fará é juntar os vários sítios, o que não aumentará muito o número de crianças



que terá vaga. Caso as IPSS não façam nada neste âmbito, talvez a Câmara Municipal faça algo nesta área. -----

Outra questão, Startup Ourém. Li o relatório anual e parece-me claro que a ideia foi boa, mas está a correr mal. A ideia inicial de investimento de aproximadamente 500 mil euros, parece-me não estar a ser a última bolacha do pacote. Não sei se terá soluções para isso. O PS na legislatura anterior apresentou várias soluções. O Nersant não deu a resposta adequada. A forma como falou dos vereadores anteriores não nos pareceu correta. Tem soluções para isso? São estas as minhas questões.” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Tendo em conta a proximidade do ano 2023 e das Jornadas Mundiais da Juventude e que o Papa está previsto vir a Fátima, pergunto o que a Câmara Municipal tem planeado, tendo em conta a importância desta visita para Fátima, para o concelho e até para o país. -----

Aproveito ainda para chamar a atenção para a questão apresentada por estas mães. Um assunto que nos diz respeito a todos. Parece-me que a APAJE Fátima ou as outras IPSS poderiam ter mais vagas se a Segurança Social assim o permitisse. A curto prazo, parece-me que a questão está do lado da Segurança Social. -----

Obrigada” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

- Agenda Cultural. “Como Sabemos o Teatro Municipal de Ourém integrou a Rede Nacional de Teatros Municipais e isso permitiu que pudéssemos concorrer a um programa que o Governo criou para os próximos 4 anos de apoio à atividade cultural do nosso Município. -----

Recordo que as candidaturas foram aprovadas no âmbito do histórico que havia de programação nos meses anteriores. Nesse sentido, o concelho de Ourém foi uma das 61 candidaturas, tendo sido aprovadas 38, sendo que a do Município de Ourém foi uma delas, no patamar mais alto. Havia patamares de 50 mil, de 100 mil, 150 mil e 200 mil euros. o Município de Ourém viu a sua candidatura aprovada no patamar dos 200 mil euros, o que significa que iremos ter 400 mil euros, por ano, para divulgar a nossa agenda cultural. A candidatura é



financiada a 50%, se temos um financiamento de 200 mil euros, o Município tem de investir mais 200 mil euros nessa programação cultural. -----

Quando apresentamos a candidatura, mesmo sem saber se seria ou não aprovada, já tínhamos diversas iniciativas programadas para o caso da candidatura ser aprovada. Nesse sentido, além da programação que tem decorrido no Teatro Municipal de Ourém, uma programação diversificada com espetáculos, iniciativas que vão desde os bebés aos mais idosos, passando também por todo o tipo e género de música, dança, cultura que tem enriquecido muito a nossa programação, o que irá continuar, não só até final deste ano, como também nos próximos 3 anos, por força da candidatura apresentada e que teve sucesso. -----

O que está previsto para os próximos meses? Nós temos uma série de iniciativas, a começar desde a Semana da Educação, onde algumas iniciativas de âmbito cultural entroncaram na Semana da Educação. Tivemos o 25 de Abril, onde tivemos também algumas iniciativas. A partir da próxima semana teremos a Festa do Livro, onde teremos alguns escritores de renome e com grande ligação às escolas. A programação do Teatro Municipal tem tido uma grande ligação às escolas. Teremos também o Festival da Paz; Feirourém; Festa do Imigrante; Música a Gosto; Festival de Setembo; feira de Santa Iria; Natal em Ourém e Fátima. estamos também a desenvolver o projeto CIA que prevê que os mais idosos possam aceder às novas ferramentas informáticas. Estamos ainda a trabalhar com as escolas no Plano Nacional das Artes. -----

Neste momento, temos uma grande agenda cultural até ao final deste ano. Aproveito esta oportunidade para convidar todos os senhores deputados municipais e todos aqueles que me estão a ouvir para que possam participar nesta atividade que temos prevista até final do ano. –

Teremos também, neste edifício, uma exposição de obras de um grande colecionador, José Lima, que me parece enriquecedor para a Cultura e para o nível cultural que queremos para o nosso concelho. -----

Senhores deputados, é esta a programação que temos prevista até final do ano. Obviamente, nos anos a seguir teremos oportunidade de trabalhar nessa agenda que me parece muito importante e interessante porque, hoje, a Cultura é, sem dúvida, um sinal de qualidade de vida e que muitas pessoas procuram nos concelhos onde habitam. -----



- Transferências de Estado para o Município. Recentemente foram publicadas as verbas que serão alocadas aos municípios para o próximo ano, no âmbito do Orçamento de Estado. Se nada for alterado, o Município de Ourém irá receber, comparativamente ao ano 2021, menos 1 milhão e duzentos mil euros do Orçamento de Estado. É uma diferença significativa, serão cerca de 100 mil euros por mês. É um valor que nos faz falta, um valor com o qual contávamos, mas é o que temos no orçamento, portanto, teremos de saber viver com isso, se nada for alterado, sabendo que outros concelhos, penso que grande parte deles também têm cortes. Interessa o nosso caso, tendo 1 milhão e duzentos mil euros a menos ao nosso dispor. -----

Talvez seja o momento, apelar para que o Governo nos possa pagar as rendas em atraso da PSP, sendo já mais de 200 mil euros, o que compensaria um pouco este valor que vamos receber a menos. -----

- Ensino Profissional. Uma área importante para o nosso concelho, não só a nível da Insignare, mas também a Escola Secundária e o Centro Estudos de Fátima que também têm cursos profissionais, são fundamentais para a integração, mais rápida, de mão de obra qualificada e profissionalizada no nosso concelho. -----

Acontece que a atribuição de turmas aos diversos estabelecimentos de ensino é feita através da nossa Comunidade Intermunicipal, pelo que não podemos ter o número de turmas que gostaríamos de ter porque a Comunidade faz a gestão juntamente com os outros 12 concelhos da nossa Comunidade, atribuindo as turmas onde há mais procura. Temos procurado manter o número de turmas que temos vindo a ter no nosso concelho, pois o nosso concelho é o maior concelho do Médio Tejo onde o Ensino Profissional tem uma grande relevância, uma grande importância. É este o trabalho que temos vindo a fazer. -----

Neste momento, está a decorrer o processo de distribuição de turmas pelos diversos concelhos. Houve uma intenção inicial de cortar algumas que temos de ensino profissional no concelho, mas felizmente conseguimos, junto da Comunidade Intermunicipal, fazer uma ligação com todos os outros concelhos e, o número de turmas que temos tido até aqui, está garantido para o próximo ano letivo. -----

- PARES. Uma situação que preocupa as IPSS, preocupa a Câmara, preocupa a todos. Na Câmara também estamos com esse problema. Temos obras em que a revisão de preços, por



força da subida dos preços, atinge os 25% em relação ao preço inicial, podendo ver a dificuldade que estamos a passar, ainda para mais com a redução das receitas, como já referi, que iremos ter em relação ao ano passado. -----

O Município, aquando das candidaturas das diversas IPSS, elaborou um documento onde se comprometia a apoiar as IPSS com 50% do valor não ilegível, com o limite de 250 mil euros por cada candidatura. Temos oito candidaturas aprovadas no nosso concelho, onde algumas, parece que os 250 mil euros serão suficientes, tendo em conta o pouco diferencial entre a parte participável e a parte não participável. Antevejo maior dificuldade em duas delas, nomeadamente, na Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida e na Santa Casa da Misericórdia Ourém-Fátima, onde o valor não participado é muito superior a este valor que o Município está disponível para poder apoiar, pelo que, em conjunto com as IPSS tentaremos encontrar uma solução, sabendo que as IPSS, não tendo recursos próprios, terão de recorrer à banca para poder fazer face a este diferencial. Nós cá estaremos, como sempre estivemos, ao lado das IPSS para tentar resolver o problema, sabendo que também temos limitações e que são muitas candidaturas e ainda bem para o concelho de Ourém. Até 2026, quando as mesmas têm de estar concluídas, haveremos de encontrar solução para que todas as IPSS possam executar o programa que foi objeto de candidatura e foram aprovadas, não estando em condições de desperdiçar estes dinheiros. -----

- Possibilidade cresce municipal. O senhor deputado falou em três situações que conhece: Sardoal, Abrantes e Almeirim. Há 308 concelhos e não sei se 10% tem cresce municipal. essa poderá ser uma solução, última solução. Parece-nos, como disse há pouco, as cresces não é uma competência dos municípios estarem a imiscuir-se nessa vertente porque a nossa responsabilidade é apenas a partir do pré-escolar até ao 1.º ciclo, temos essa responsabilidade e temos feito esse trabalho. Por isso, temos sempre procurado, junto das IPSS, incentivá-las para que pudessem avançar com candidaturas próprias. -----

No caso de Fátima, há cerca de 2/3 anos tive oportunidade de dizer que o Município de Ourém estaria disponível para oferecer um terreno junto ao Estádio Municipal, em Fátima, à APAJE Fátima para que ali pudesse fazer a sua instalação, tendo a mesma entendido que não era o local ideal/indicado. Não podemos estar a imiscuir na gestão própria da IPSS, pelo que foi



aceite a sua decisão. O Município de Ourém, através da minha pessoa, manifestou total disponibilidade para mais rapidamente poder resolver o problema e a entidade entendeu que esse não era o local ideal, seguindo outro caminho. Cá estaremos para apoiar esse caminho. –

- Startup Ourém. Fizemos um protocolo com a Nersant por 5 anos e, no final, cá estaremos para fazer o balanço. Saber se o projeto foi bem sucedido; se está a ser mal sucedido; se poderia ser melhor; onde é que poderá ser melhorado; onde é que, eventualmente, podemos alterar alguma coisa. No final cá estaremos para fazer o balanço, fazermos o resumo e tomarmos decisões em conjunto, se é este o caminho ou se o devemos alterar. Como disse, e bem, o investimento no valor de 300 mil euros, independentemente de ser feito e realizado naquele projeto, penso ter sido bom para requalificar aquele edifício que é municipal e que já não apresentava as melhores condições, tendo beneficiado também a Universidade Sénior que funciona na parte inferior. Acho que não foi um mau investimento, nem o valor tenha sido elevado. Com a Startup ou com outra coisa qualquer, no futuro, interessa é que esteja requalificado. -----

- Jornadas Mundiais da Juventude. Não tenho muito para acrescentar, neste momento. O que sei é que temos um pedido de reunião ao Governo, há mais de seis meses, para falar sobre este processo, o que ainda não foi agendado. O que sei dizer, é que gostaria de ter mais elementos que pudesse dizer hoje, mas não fomos contactados. Estamos a aguardar para reunir com o responsável do Governo para esta matéria e tentar perceber em que poderemos colaborar com o Governo para que a Jornadas Mundiais da Juventude sejam também um sucesso no nosso concelho. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente União de Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de questionar o senhor Presidente sobre o ponto de situação referente à construção de passeios no Lavradio. Lembro que a 1.ª fase ainda não está concluída. Para quando o início da 2.ª fase? -----



Tenho sido questionado pela população sobre este assunto. Sabendo que a população está a seguir esta assembleia em casa, gostariam de saber para quando o avanço das obras. -----

Obrigado” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, na qualidade Presidente União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal ---

Cumprimentar o senhor Presidente de Câmara -----

Senhores vereadores -----

Senhores deputados municipais -----

Companheiros presidentes de junta -----

Público -----

Comunicação Social -----

A minha intervenção será rápida, sendo sobre um assunto que se passou aqui, na última sessão. -----

Não estive presente por razões de força maior. Fiquei admirado por um deputado se preocupar com a União de Freguesias a que presido. -----

Orgulho-me em pertencer a esta União de Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e mais, neste caso, sobre o Parque de Lazer. Esta parque é um dos melhores do concelho, senão, talvez até o melhor neste momento. É um local onde eu me desloco $\frac{3}{4}$ vezes por semana para saber o estado em que se encontra. Posso dizer que está limpo, bem tratado e todos os habitantes da União de Freguesias orgulham-se daquele local, tal como o concelho. –

O Parque é visitado por muita gente do concelho e de outros concelhos que confinam com o concelho de Ourém. -----

Também foi referido o campo de ténis. Como sabem, o piso estava deteriorado. Nem o Município, nem o Executivo da Junta de Freguesia se esqueceu disso. Como sabem, foi celebrado um protocolo para a requalificação do mesmo. Seguiu-se um concurso, já foi entregue e, neste momento, já está a ser intervencionado. -----

Orgulho-me muito daquele local. -----



Fico muito agradecido por se preocuparem com a União de Freguesias a que presido porque é um local que qualquer presidente de junta, de certeza, se orgulhava de ter na sua freguesia. ---
Muito obrigado” -----

= **SÍLVIO SOARES DA CONCEIÇÃO**, na qualidade de representante do grupo municipal CHEGA, expôs o seguinte: “Boa tarde -----
Congratulo-me com o Programa Cultural do Município. Gostava de saber como é que tem sido feita a divulgação do mesmo junto dos munícipes. -----
Aproveito para perguntar se a Câmara tem um gabinete de apoio às empresas, gostaria de saber, em concreto, o que é feito para apoiar as empresas do concelho. Qual o intuito desse gabinete?” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Cumprimento esta Assembleia na pessoa do senhor Presidente -----
Antes de colocar a minha questão, como já foi dito, também queria congratular a Câmara Municipal pelo apoio ao associativismo, desportivo, recreativo e cultural. -----
Nestes últimos dois anos, esse orçamento tem sido incrementado e para 2022, julgo, na ordem dos 20%. -----
Contudo, certamente, há algumas instituições que não cumpriram alguns critérios. Uma delas foi uma das associações que me diz muito, a Associação Desportiva da Gondemaria. -----
Gostaria de perguntar ao senhor Presidente se tem presente qual o motivo pelo qual isso aconteceu. -----
Obrigado” -----

= **ÂNGELA VANESSA CHAVES MARQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Trago aqui uma questão que já veio a esta Assembleia, mas continua a preocupar a Freguesia de Seiça e todos os fregueses e tem a ver com o ponto de situação da instalação para a fibra ótica na Freguesia de Seiça.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de fazer duas questões ao senhor Presidente -----



Uma primeira tem a ver com o que se passou na última Assembleia Municipal. Aquando da sua tomada de posse disse e dava uma garantia de compromisso de honra, onde continuaria a ser o que tinha sido nos últimos 4 anos, Presidente de todos os ourenses e que não faria distinção entre eleitores. No entanto, na última Assembleia Municipal, o senhor dirigiu-se aqui a um deputado e disse que só tinha satisfações a dar a quem votou em si. Hoje, é dia 25 de Abril, dia da democracia, pergunto o que fez com que mudasse de opinião em tão curto espaço de tempo. Acho que suficientemente grave este tipo de comportamentos. -----

Gostaria ainda de fazer uma outra abordagem. Quando no “Voz a Vós” na Freguesia de Atougua. Nesta Freguesia existe um tema que anda a deixar a população um pouco nervosa, a Travessa do Cubo. Há várias opiniões. Gostaria de ouvir a sua opinião, o que o senhor tem para dizer sobre isto e qual é a relação da Câmara com este problema, em particular e o que tentam fazer para o solucionar, sobretudo, sabendo que, há uns anos, houve o caso da Rua da Morteira que tinha contornos similares. Pedia a sua opinião em relação a isto, de forma clara, para ficar esclarecido. -----

Obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de saudar a Mesa, a Câmara Municipal e os meus colegas -----

A minha questão tem a ver com um tema abordado aqui na última sessão e que tem a ver com a descentralização administrativa na área da Saúde. -----

Na última sessão abordamos questões na área, como recursos humanos, gestão da água, gestão da luz, viaturas, entre outras questões que consideramos de muito importantes. Na altura a minha bancada votou contra e o PS absteve-se. -----

Sei que já abordou esta questão, no entanto, gostaria de lhe perguntar, nestes dois meses, detalhadamente, se realmente se passou mais alguma coisa, se houve mais propostas e foi dito que sim. Se pode adiantar alguns valores. E se valeu a pena nós termos votado contra há dois meses atrás. -----



Muito obrigado” -----
----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----
- “Passeios do Lavradio. como disse e bem, foi um processo iniciado no mandato anterior e que foi dividido em dois porque, na altura, não havia disponibilidade financeira para fazer tudo de uma só vez. Julgava que a 1.ª fase estivesse concluída, não sei o que se passa, o prazo já deve ter terminado, vou tentar perceber o que se passa. -----
Em relação à 2.ª fase, existindo a necessidade, a vontade e o pedido da União de Freguesias para podermos dotar a estrada principal das Matas, junto à Junta de Freguesia, também com passeios, entendemos que faz sentido juntar tudo no mesmo procedimento. Neste momento, a Divisão de Obras Municipais está a elaborar esse levantamento, a fazer a quantificação dos custos para depois lançarmos o procedimento em conjunto com a 2.ª fase dos passeios do Lavradio e com os passeios da estrada Principal de Matas, junto ao edifício da Junta de Freguesia, que parece fazer todo o sentido. -----
- Irmã Lúcia de Jesus e avenida Papa João XXIII. Ambos estão a ser alvo de projetos de requalificação. A informação que tenho é que até final de maio, o processo Irmã Lúcia de Jesus, o projeto ficará concluído. Segue-se a consulta às diversas entidades e a negociação com terrenos privados, uma vez que a estrada obrigada a entrar em terrenos privados. Antevejo, tal como na estrada que agora estamos a terminar, conhecida como estrada da Loureira que também existam problemas de resolução com os privados, o que é normal que assim seja. Cá estaremos para iniciar esses contactos logo que tenhamos esses projetos finais estabilizados para sabermos exatamente as áreas a intervir para falarmos com as pessoas. ----
Em relação à avenida Papa João XXIII, também se encontra nessa situação. Aqui teremos de ter grande ligação com o Santuário de Fátima porque vamos entrar em terrenos do Santuário. Há um acordo praticamente firmado e o Santuário já se pronunciou sobre o projeto que temos para o local, tendo nos indicado algumas alterações que foram acolhidas e já as fizemos. No momento, estamos a aguardar que o Santuário se pronuncie sobre o projeto que entendemos final, para depois podermos avançar com a questão de aquisição de terrenos porque, além dos do Santuário, há aquisição de terrenos privados, nomeadamente junto à futura rotunda que irá



acontecer junto à curva mais acentuada, quem vai norte para sul, terá uma rotunda intermédia entra a saída da autoestrada e a rotunda sul. -----

- Divulgação Programa Cultural. Temos procurado fazer um esforço, não só nas páginas oficiais do Município, como também através de uma página do TMO que, com frequência, fazemos essa divulgação. Também temos feito nos diversos mupis espalhados pelo concelho, mas reconhecemos que temos de procurar reforçar ainda mais essa divulgação porque a qualidade da programação que temos tido justifica que possamos também fazer esse esforço. Nem sempre é fácil, mas é um trabalho que temos de continuar a fazer. Se hoje vemos, com agrado, bastante gente, de fora, que se habituou a consultar as nossas agendas, também os residentes têm que se habituar a consultar as agendas que, diariamente, são colocadas na rua. O jornal aqui da cidade, todas as semanas, traz a agenda cultural da semana do TMO. É o que temos feito, sabendo que poderemos melhorar esse esforço. -----

- Gabinete de Apoio às Empresas. Foi um gabinete criado no primeiro ano do nosso mandato, juntamente com o Espaço Empresa, um gabinete que tem diversas áreas. Desde logo podemos criar a empresa, neste gabinete. Temos canais privilegiados de acesso diversas entidades do Estado. Temos facilidade em ter canais abertos nestas entidades para procurar ajudar alguns dos problemas que os empresários nos colocam. -----

Recentemente, no programa das 10001 noites, 4001 noites, foi esse gabinete que geriu todo o programa. O programa de apoio às rendas também está a ser gerido por este gabinete. -----

No fim de semana de 28/29 de maio vamos participar no Salão Imobiliário de Paris, evento onde passam milhares de pessoas e onde as empresas e os municípios portugueses estarão a divulgar o que têm no seu território, é esse gabinete que também está a gerir essa participação. -----

Este gabinete tem uma panóplia de funções e tem desenvolvido um grande trabalho. Tem muito, mesmo muito que fazer. Parece-nos que é um gabinete importante de apoio ao empreendedorismo no nosso concelho. -----

- Associativismo. Como já foi dito fizemos, no início do mandato anterior, um novo Regulamento de Apoio ao Associativismo, onde, mais do que duplicamos o valor que era atribuído. -----



Dou alguns exemplos: o Atlético Oureense recebia de subsídio cerca de 23 mil euros, neste momento, recebe mais de 60 mil euros. O Centro Desportivo de Fátima recebia também cerca de 23 mil euros de subsídio, hoje recebe cerca de 44 mil euros. A Juventude Ouriense recebia cerca de 5/6 mil euros, hoje recebe 25 mil euros. Estamos a premiar quem efetivamente mostra trabalho e tem provas para apresentada, sendo que nós apoiamos essas associações de forma mais vincada. -----

Em relação à União Desportiva de Gondemaria, como outras que não tiveram qualquer subsídio, não apresentaram qualquer candidatura. As candidaturas são enviadas às associações e a União Desportiva de Gondemaria se não apresentou candidatura, o Município não pode atribuir qualquer subsídio. -----

- Fibra de Seiça. Sabemos que é um problema que está perfeitamente identificado. Posso dizer, conforme já disse anteriormente, há uma empresa que, neste momento, está a trabalhar no norte do nosso concelho a dotar toda a zona norte de fibra ótica e, infelizmente, não irá fazer na Freguesia de Seiça. É uma empresa privada que, como qualquer empresa privada, visa o lucro e, segunda a mesma, a Freguesia de Seiça não é suficientemente apelativa para que ela possa instalar a fibra nessa freguesia. Nesse sentido, aquilo que temos vindo a fazer é que o Município irá, ele próprio, tentar fazer o investimento na freguesia para poder fazer isso, mas fomos alertados para que o Governo está a trabalhar nas chamadas zonas brancas, e Seiça é considerada zona branca, para que rapidamente possa fazer esse investimento. Teremos de aguardar até final deste 1.º semestre para saber se há ou não investimento nacional na freguesia. Se houver, muito bem, irá avançar. Não havendo, o Município de Ourém irá assumir também a sua responsabilidade para que Seiça não fique para trás em relação a todas as outras freguesias. -----

- Mudança de opinião. Senhor deputado se há alguém que não pode falar nisto, é o senhor. O senhor deputado vem de um lado, já vai no outro, não sabemos o que irá acontecer a seguir e vem falar de mudança de opinião. Poderia aceitar essa pergunta dos outros deputados que aqui estão, agora do senhor, desculpe, o senhor não dá lições de mudança de opinião. -----

O senhor deputado, não sei se está a falar como MOVE ou Partido Socialista, portanto, ou de um lado ou do outro. -----



Não mudei de opinião, a minha postura, hoje, é a mesma postura que foi desde o primeiro dia que aqui cheguei. Respeito todos. Aceito a opinião de todos, mas quando tivermos de decidir, obviamente, teremos de analisar os prós e os contra de acordo com a nossa consciência. É assim que é a nossa democracia. Quem aceita, aceita, quem não aceita, temos pena. -----
É esta a nossa postura, desde o primeiro dia, e será até ao fim. Não há aqui qualquer mudança de opinião porque eu estive sempre no mesmo sítio e aqui irei continuar até ao final deste mandato. -----

- Voz a Vós. Como já foi dito, a iniciativa Voz a Vós é aberta a todos os cidadãos da freguesia. Tenho pena que o senhor deputado municipal, como pessoa interessada e morador na Freguesia de Atouguia não tenha podido participar também nessa sessão porque poderia ter visto a forma como foi explicado o ponto de situação desta questão. como o senhor não esteve, tenho todo o gosto, hoje, repetir o que foi dito do ponto de situação deste processo. -----
É um processo que a Junta de Freguesia tem acompanhado, desde o início. Havia uma dúvida sobre a titularidade daquele caminho. Recordo que numa iniciativa idêntica, há 4 anos atrás, Ouvir Ourém e os Ourenses, também foi colocada esta questão e, nessa altura, nem sequer placa existia. Disseram os moradores que a placa tinha sido retirada por um particular. Averiguamos a situação e mandou-se colocar a placa, sendo que nunca mais de lá saiu, a tal Travessa do Cubo. O proprietário que construiu a casa ali ao lado e que tem também terreno do outro lado dessa Travessa dizia que a estrada era sua. Não sou eu que tenho de me pronunciar sobre isso. O que posso dizer e que disse também nesta iniciativa, o processo está resolvido, falta, apenas e só, assinar os documentos administrativos para que o assunto fique definitivamente encerrado. -----

Senhor Presidente de Junta está aqui, pode confirmar o que estou a dizer. O senhor Vereador, Vice-presidente tem acompanhado mais de perto esta situação. O que posso dizer é repetir o que disse no programa, na Freguesia de Atouguia, destinado aos munícipes da Atouguia, onde dissemos às pessoas que nos colocaram a questão, a situação está em vias ser resolvida. -----

- Descentralização da Saúde. Na última sessão da AMO, sob proposta da Câmara Municipal foi dito que não tínhamos condições para assinar o auto de transferência da Saúde. -----



Conforme tive oportunidade de dizer na minha informação, embora a Lei dissesse que éramos obrigados a assumir esta competência até dia 1 de abril, não somos obrigados a assinar um auto de transferência que é prejudicial para o Município. -----

Nestes 2 meses, lamento a abstenção que o Partido Socialista teve nesta matéria porque, parece-me que, nestas circunstâncias, não devemos olhar para a cor ou aquilo que o Governo nos impõe, independentemente do Partido Político, mas antes para os interesses do Município.

Os valores que hoje já temos na nossa posse e ainda não são suficientes, já trazem um acréscimo de cem mil euros em relação ao auto inicial, o que nos veio dar razão. Por isso lamento que o Partido Socialista se tenha absterido neste ponto da ordem de trabalhos porque cem mil euros já temos garantidos a mais, em relação ao passado. -----

Mesmo assim, continuam a haver 3 pontos com os quais não podemos, de forma alguma, concordar, vejamos: -----

Recursos humanos. A ARS propõe transferir, para o Município, 15 recursos humanos e o valor equivalente a esses recursos humanos. Tudo certo, não queremos nem mais um cêntimo, não queremos ganhar dinheiro com isso, queremos apenas que nos paguem o valor equivalente aos 15 recursos humanos. O que acontece? Daqui a um ano, há um funcionário destes 15 que se reforma, o governo deixa de transferir o valor desse recurso humano para o Município e será o Município a contratar alguém e a assegurar esse valor, ou seja, o que está no auto de transferência é nominal ao contrário do que acontece na Educação. O Ministério para o recurso humano para estar numa escola, esse recurso humano reforma-se, o Município pode contratar um e o Ministério da Educação continua a pagar esse recurso humano. Na pior das hipóteses, esses 15 recursos humanos reformam-se e era o Município de Ourém que teria de assumir a totalidade dos custos com esses recursos humanos. Não achamos isso justo, não achamos isso correto e esse é um ponto grande de discórdia com o Ministério da Saúde. -----

Transportes. Como sabemos, hoje, a ARS, os Centros de Saúde têm viaturas que asseguram o transporte dos médicos e enfermeiros para fazerem domicílios. Tínhamos um valor que, inicialmente, estava previsto ser transferido para o Município. Nos últimos autos, esse valor foi reduzido em cerca de 17 mil euros, tendo a ARS dito que esse valor existe, mas não é um custo para a Saúde porque a Fundação Calouste Gulbenkian oferecia esse custo à ARS. Se o



oferecia, ele existe e vai continuar a existir, pelo que entendemos que esse valor que, hoje, não está contabilizado na ARS porque alguém o financia, mas que no futuro não irá financiar o Município. Achamos que esse valor é devido e, por isso, também entendemos haver aqui uma divergência. -----

Arranjos exteriores do Centro de Saúde de Ourém. Hoje, mal, o Município de Ourém já faz esse trabalho. Se já faz esse trabalho, está a substituir o Ministério da Saúde, portanto, se esse trabalho é para passar para o Município, tem um custo, e isso nunca foi pago. Não queremos nada para trás, mas daqui para a frente que seja quantificado o valor dos arranjos exteriores e que esse valor seja também incluído no valor a transferir para o Município de Ourém. -----

Estas são as três principais divergências que temos com a ARS, Ministério da Saúde para impedir que o auto de transferência possa ser assinado, ainda que reconheçamos que o mesmo já foi muito melhorado em relação ao passado. -----

Muito obrigado” -----

----- De seguida, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, agradeço a sua preocupação com o voto do PS. Aconselho ler a nossa declaração de voto onde explanamos a questão dos valores e a nossa preocupação também com esses valores. – Em relação à questão das cresces, há uma coisa que disse com a qual não concordo, ou seja, que a Câmara Municipal não se pode imiscuir nisso. Não concordo. As IPSS têm feito esse trabalho, e bem, mas se ninguém o fizer, acho que a Câmara Municipal tem obrigação de o fazer, iniciar o processo, arranjar parceiros. Se a sociedade civil não o fizer, acho que a Câmara deve pensar nisso. Todos nós concordámos que uma das maiores questões, não só municipal como também nacional e europeia, é a questão da natalidade. É uma preocupação. Em relação ao conceito de democracia que falou com o meu colega Filipe Mendes, nunca li nenhum conceito de democracia que é só responder a quem vota em nós.se o senhor Presidente dissesse onde isso está escrito ou qual o pensador que disse isso, eu agradecia.” --



= **SÍLVIO SOARES DA CONCEIÇÃO**, na qualidade de representante do grupo municipal CHEGA, expôs o seguinte: “Apesar das ideologias políticas serem diferentes, o concelho é só um. Gostaria de apresentar duas sugestões relativas ao que tinha perguntado há pouco. -----
Uma delas era enviar um formulário pelo correio, devido à proteção de dados, e atendendo às novas tecnologias, saber quem quer receber a informação cultural por email, por exemplo. E, todos os meses, alguém competente, que trate desse assunto, enviar um email para as pessoas/agregado familiar que queira receber. -----

Quanto à questão das empresas. Dou os parabéns por ter criado um gabinete direcionado às empresas, mas acho que deveriam começar por informar as empresas da sua existência. As empresas com quem falei, até posso falar por mi que sou empresário, desconhecia totalmente que esse gabinete existia e talvez, algumas vezes, poderia ter sido útil para desenvolver a minha atividade. -----

Quanto à picardia que existe, vota ou não vota, eu não votei em si, mas agradeço as respostas.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Ainda sobre a questão da Saúde, o meu colega, Nuno Baptista, deputado do PS, acabou de dizer que na sua declaração, na última sessão, a questão dos valores não era importante. Tenho a declaração e o que ele aqui diz é precisamente o contrário e cito esta frase “*não nos parece que a questão financeira seja a mais importante*”. Está aqui claro que a questão financeira para vós não é a mais importante, tendo acabado dizer que era a mais importante, que estavam preocupados com a questão dos valores. O que leio aqui é o contrário. -----

Obrigado” -----

= **LUÍS MANUEL GAMEIRO DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atougua, expôs o seguinte: “Relativamente à questão da Travessa do Cubo foi dito na reunião do Voz a Vós, quando me colocaram a questão, respondi que o assunto estava a ser tratado entre a Junta e a advogada, portanto acho que está tudo dito. Quem não foi não foi não sabe o que foi falado. -----

Obrigado” -----



----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “O senhor deputado Nuno Baptista volta à questão das cresces. As IPSS manifestam intenção de abrir cresces. A APAJE Fátima, neste caso em Fátima, manifesta a intenção de abrir cresce, por isso acho que o Município não deve entrar em “concorrência” com as IPSS. A IPSS entendeu que não deveria seguir o caminho que lhe propusemos, mas nunca disse que não tinha intenção de avançar com a construção de uma cresce. Temos de respeitar as IPSS, pois como disse e segundo a nossa opinião, é um trabalho das IPSS e, obviamente, sempre manifestando a nossa total disponibilidade para colaborar com essas IPSS na forma que já referi. -----

Em relação à democracia. Parece-me a mim, desde que estou aqui há 4 anos e meio, que nunca deixei de responder a qualquer pergunta, seja do PS, seja do MOVE, seja do CHEGA, seja do CDS, seja do PSD. Nunca. Sempre respondi a todas. Posso me ter excedido ou posso não ter respondido de acordo com aquilo que os senhores gostariam de ouvir, mas isso é a democracia. Nunca deixei de falar ou de responder a todas as questões que aqui me são colocadas. Se houve alguma a que não tenha respondido ou que tenha respondido de forma errada, agradeço que digam qual foi que tentarei corrigir numa próxima vez. -----

Ao senhor deputado Sílvio. A questão é pertinente. A proteção de dados é muito importante. o processo encontra-se na nossa Divisão de Fiscalização e Contencioso para que nos possam dizer qual é a melhor forma que temos para poder divulgar através de uma base de dados, emails dos munícipes para lhes dar isso a conhecer. Não está esquecido. Na biblioteca foi criada uma base de dados “Os amigos da Biblioteca” que já recebem informação de toda a atividade da biblioteca e queremos fazer isso também para o TMO, estando a ver qual a melhor forma de o fazer. -----

Em relação à base de dados. Temos uma base de dados empresarial muito grande, constituída por muitas empresas. O senhor deputado que tem uma empresa, se quiser passar a receber a informação que habitualmente é enviada, agradeço que nos possa fazer chegar o seu endereço para que possamos enviar a informação. -----

Senhor Presidente de Junta de Freguesia Atouguia esclareceu a questão da Travessa do Cubo, reforçando o que eu já havia dito. -----



Senhor deputado, Orlando Cavaco. Não sei se é uma mudança de opinião, ou não, mas o constatar de um facto. -----

Muito obrigado” -----

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2021. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31760**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada) e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 29.454/2022, remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- De seguida, o Chefe de Divisão de Gestão Financeira apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a apresentação, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de dar nota que o MOVE irá abster-se nesta votação, no



Relatório e Prestação de Contas 2021, e deixar registado que o MOVE vê, com agrado, que o Município de Ourém caminhe na boa trajetória em relação às contas. -----

Deixar duas notas muito breves. Relativamente ao facto de ser indiscutível que o investimento aumentou, sobretudo num contexto de pandemia que vivemos durante 2021. Em relação também ao endividamento que, como acabamos de ver, está em queda, estando também no bom caminho. -----

Dar ainda nota, conforme dizia há pouco o senhor Presidente, o MOVE regista com apreço que haja um reforço no apoio ao associativismo que, digamos, é a força motriz do nosso desenvolvimento. -----

Pese embora o MOVE se abstenha, quero deixar registado que é com bom agrado que vemos que as Contas do Município de Ourém estão a ir no bom caminho. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente de Câmara, se expurgarmos o valor das taxas pagas à Tejo Ambiente, o ano de 2021 foi o ano que os oureenses pagaram mais impostos, ou seja, os oureenses pagaram mais 700 mil euros do que no ano pré pandemia, 2019. Pagaram, num ano de pandemia, mais 700 mil euros do que no ano de 2019. Não sei quais as suas explicações para, num ano de grandes dificuldades, com o COVID-19 no seu auge, como é que os oureenses foram chamados a pagar tantos impostos. Uma outra questão, acha que faz sentido que o Município tenha 13,9 milhões de euros em contas de depósitos à ordem. 13,9 milhões de euros. -----

O fundo de maneiio vai em 3.11. Não sei se se confirma o nosso prognóstico que no fim deste mandato irá apresentar-se perto dos 20 milhões. -----

Uma questão mais técnica, tem a ver com as amortizações e depreciações. O ano passado, o resultado líquido foi negativo, da maneira que o conhecemos. O senhor Presidente de Câmara na sua comunicação do ano passado, nada disse sobre o resultado líquido, deve ter sido coincidência por ter sido negativo. Este ano, focou com agrado que tenha passado a positivo. Gostaria de perguntar, sabendo que se aplicasse uma taxa média de amortizações e



depreciações, só do ano passado e melhor ainda dos últimos três anos, qual seria o resultado líquido do exercício.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Relativamente ao ponto em análise e tendo oportunidade de intervir em nome da bancada do PSD, em primeiro lugar e sem qualquer floreado, penso que é fundamental e de enorme justiça realçar que o Relatório de Gestão e Prestação de Contas agora conhecido, inerente ao exercício de 2021, apenas confirma e reforça o retumbante sucesso da estratégia levada a cabo pela equipa suportada pela coligação Ourém Sempre - CDS/PP, PPD/PSD e que lidera o município de Ourém desde 2017. -----

Confirma e reforça a linha com que esta equipa e estes partidos se apresentaram aos munícipes desde o primeiro dia: com rigor, com confiança e com muita sustentabilidade. Só desta forma é possível apresentar as contas municipais tão coesas e equilibradas num ano com inúmeros obstáculos, dos quais a pandemia aparece, mais uma vez, à cabeça. Vivendo um ano completo de pandemia, com a incerteza de quais os problemas que daí poderiam advir ou qual a gravidade da situação no mês seguinte e, por vezes, até na semana ou dia seguinte, é notável como, mesmo com esta grande condicionante, foi possível executar e liderar o município com o desempenho que já era perceptível na comunidade, mas que agora se confirma através da leitura factual deste documento. -----

Nesta intervenção poderia ser dado destaque a inúmeros aspetos que efetivamente mereciam realce, mas iria tornar-se numa intervenção bastante maçadora e demasiado técnica, até porque são mesmo muitos os itens que mereciam esse destaque. Desta forma, falarei apenas em 5 aspetos que são demonstrativos da qualidade apresentada no exercício, podendo, como já disse, ter optado por muitos outros: -----

1. Em primeiro lugar, saliento o Investimento total num valor acima dos 14 M€, superior em mais de 530 mil euros ao já impressionante valor de investimento que tinha sido apresentado em 2020. Em anos com a pandemia a atrapalhar e com a saúde financeira que agora se demonstra é, de facto, notável, batendo novamente o valor de maior investimento dos últimos largos anos; -----



2. Em segundo lugar destacava a inexistência de pagamentos em atraso e de um prazo médio de pagamento de 19 dias. As entidades públicas devem dar o exemplo e servir de orientação ao resto do país de como funcionar. Este é um ponto que ajuda também as empresas e fornecedores em tempos difíceis como os que vivemos e aumenta a confiança no município. Pena que o Estado Central não faça o mesmo, como por exemplo se verifica na dívida já demasiado antiga que tem para com o município de Ourém relativa à renda das instalações onde se encontra a PSP; -----
3. Em terceiro lugar, o aumento de mais 4,6% na verba destinada às freguesias e que no ano de 2021 ascendeu a um montante na ordem de 1,5 M €. Está mais do que provado que com o mesmo dinheiro os municípios conseguem fazer muito mais que o estado central, e que, em muitos casos, o mesmo se aplica com as freguesias relativamente aos municípios. É com base nesta premissa que se tem reforçado a importância das freguesias no concelho e que neste ano se viu aumentar, mais uma vez, a delegação de competências ao nível da rede viária municipal e apoios ao investimento variado, independentemente da cor partidária de quem as lidera, ao contrário do que por vezes se verificou no passado; -----
4. Em quarto lugar, será importante falar das rubricas dedicadas à Cultura, Desporto e Tempo Livres que no ano de 2021 viram o seu valor obter um acréscimo surpreendente de quase 50%. O Executivo percebeu que devido à pandemia era fundamental cuidar da mente das pessoas, muitas delas já muito afetadas com o bombardeamento de notícias diário, com o teletrabalho ao mesmo tempo que os filhos tinham aulas à distância, ao uso das máscaras e a tantas outras situações. Em termos absolutos este aumento foi de mais de 500 mil €, num valor total de cerca de 1,7 M €. O expressivo aumento nestas rubricas adquirem especial relevo dado que tantas vezes são associados como temas privilegiados por ideologias mais à esquerda. No entanto, o Município de Ourém suportado pelo CDS/PP e pelo PSD, no ano de 2021, aplicou 3,5 vezes mais do seu orçamento em Cultura e Desporto do que o Governo liderado pelo PS com o apoio da restante esquerda, cujo valor aplicado não chegou se quer a 1%. ----



5. Por último, salienta-se a dívida a terceiros situar-se no valor mais baixo desde 2002, num valor de cerca de 6,4 M €. Como todos sabem, ter dívida tem custos, aliás basta submetermos o IRS e o estado informa-nos através de um gráfico de queijinhos muito elucidativo que cerca de 10% dos nossos impostos são para pagar assuntos relacionados com a dívida pública. Ora, se o dinheiro é gasto em juros não pode ser gasto naquilo que realmente melhora a qualidade de vida das pessoas. Para que melhor se perceba, caso se aplicasse o exemplo do país ao nosso município, o valor que o município gastaria com a dívida pública seria superior a 5 M € por ano! Assim, o facto de este executivo ter conseguido diminuir a dívida para este valor é ainda mais notável quando ao mesmo tempo que o consegue, além de não demonstrar qualquer abrandamento, ainda apresenta investimento e obras por todo o concelho numa dinâmica nunca antes vista; -----

Sustentado nestes 5 pontos que aqui falei, acredito ser inequívoco reiterar aquilo que o Presidente aqui disse na sua intervenção: o resultado do exercício de 2021 está em coerência absoluta com a estratégia de rigor da qual este executivo nos habituou desde o início, precisamente a mesma que tem vindo a contribuir decisivamente para o equilíbrio financeiro das contas municipais. -----

Por último, gostaria ainda de desmontar os 3 principais argumentos que a oposição socialista tem feito a este executivo em geral e ao documento em análise em particular que me parece que apenas comprovam o bom trabalho do executivo face à debilidade dos argumentos, mas vejamos: -----

1. Investimentos apenas no ano eleitoral – o ano anterior, em 2020, já tinha sido um dos anos com maior investimento relativamente aos últimos quase 20 anos e não era ano eleitoral o que deita desde logo por terra a acusação. No entanto, o facto do investimento não se ter revelado logo em 2018 e 2019 apenas mostram que o trabalho desenvolvido pelo executivo entrado no final de 2017 só começou a dar os seus maiores frutos mais tarde e nada mais que isso. O PS apenas por demagogia ou por não ter mais nada para apontar é que utiliza este argumento pois sabe perfeitamente o estado em que estavam os projetos em 2017 na Câmara de Ourém e também sabe



- que, numa gestão municipal, dificilmente se consegue planear e executar projetos de grande monta como os que foram ou estão a ser executados em mais curto espaço de tempo; -----
2. Incapacidade para cumprir com o orçamento do lado da despesa – deve-se, principalmente a três fatores, transversais ao país e que toda a gente tem perfeita noção: -----
- Burocracia inerente ao desenvolvimento das empreitadas, principalmente nas maiores devido à necessidade de visto do Tribunal de Contas – conforme explanado pelo Dr. Fernando marques e que não vale falar com mais detalhe porque foi explicado muito melhor do que eu conseguiria; -----
 - Pandemia – alterou tudo nas nossas vidas, criou muitas dificuldades que não existiam, diminuiu a velocidade de andamento de muitos processos por variadíssimas razões, levou a uma elevada taxa de absentismo por doença ou isolamento, obrigando várias vezes a alterar prioridades em função da gravidade da situação, à rotura de stock de muitos produtos e à quebra de cadeias de valor por todo o mundo, etc. etc. É impossível e demagógico alguém querer que um município durante uma pandemia tenha um comportamento perfeitamente normal como se a pandemia não existisse; -----
 - Obras de construção civil – existe uma falta extrema de mão-de-obra, atrasos em entregas de materiais, não existência de stocks, entre outros factores que tem levado a atrasos por todo o país. É o sector onde trabalho e portanto conheço-o bem. Se noutra altura qualquer impedimento pontual durante uma obra podia ser facilmente recuperável levando os contratos a não derraparem, hoje isso não é possível no país, não só em Ourém. -----
3. O último argumento é e passo a citar “Município tem uma forte capacidade em captar receitas devido às características do Município independentemente de quem seja executivo camarário” – eu por acaso até concordo com parte da afirmação porque concordo que o concelho tem uma forte estrutura empresarial mas, se assim é, antes de 2017 essas características intrínsecas ao Município não existiam? É que não se viu



investimento parecido nos anos de governação socialista. Mais, o que não falam quando utilizam este argumento é que este executivo tem apoiado as empresas, dando mais condições para que elas possam laborar e instalar-se no nosso concelho, criando riqueza de forma a possibilitarem também elas melhor qualidade de vida às pessoas, aumentando ao mesmo tempo as receitas do município. Mas sabem porque não dizem essa parte? Porque essa já não é independente de quem seja o executivo camarário. ---

A intenção da bancada do PSD é obviamente de votar favoravelmente o Relatório de Gestão do Município e Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2021.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Das três intervenções, a do senhor deputado do MOVE, não tenho nada a acrescentar, apenas agradecer os dados que aqui trouxe. Ao senhor deputado Tiago Vieira, a mesma situação. -----

Em relação ao senhor deputado Nuno Baptista, tenho de dizer duas ou três coisas. Senhor deputado, temos de distinguir o aumento de impostos. Há quatro imposto que contribuem para este valor: IMI; Derrama, que são os únicos impostos em que a fixação da taxa está dependente do Município. Tanto um como outro, a sua receita diminuiu. Pergunto, se nós tivéssemos as taxas de IMI e de Derrama iguais àquelas que o Partido Socialista tinha na Câmara Municipal não eram 700 mil euros que tinha aumentado a receita, era mais de dois milhões de euros. IMI e Derrama são taxas que estão dependentes de nós que nunca estiveram tão baixas e os impostos diminuíram. Se tivéssemos as taxas que os senhores deixaram tinham subido muito mais. Os impostos que subiram, IUC; IMT, devem-se à grande dinâmica empresarial do nosso concelho. Os senhores deveriam estar satisfeitos com essa situação. São taxas que dependem do Governo, não dependem de nós. Os impostos que subiram são dois impostos dos quais não fixamos taxas, depende do Governo. O IMI, conforme foi dito, baixou. Derrama, há uma variação de 8 mil euros e refere-se ao exercício de 2020, ano da pandemia, onde os resultados foram mais baixos. -----

Depósitos à ordem, 13,9 milhões de euros. Parece-me que o Dr. Fernando Marques, hoje, explicou cabalmente a razão disso acontecer, fazendo uma explanação plena. São aspetos técnicos claramente identificados que não se passam, apenas na Câmara de Ourém, mas um



pouco em todo o país porque é o que temos na burocracia. Conforme disse, por vezes, há obras prontas a iniciar, totalmente cabimentadas, mas que só se podem iniciar passados seis meses e, isso, obviamente, atrasa a execução. Nós quanto a isso nada podemos fazer. -----
 Amortizações. Convido o senhor deputado a ver o volume das amortizações de municípios idênticos ao nosso, com a mesma dimensão. Não vou elencar, mas veja o volume de amortizações que o nosso Município tem, cerca de 10 milhões de euros este ano, comparando com outros que, talvez nem metade têm, com a mesma dimensão. Isto é suficientemente elucidativo sobre a forma como as contas, não é só de agora, já vem do passado, são aqui apresentadas. O valor das amortizações contribui, como deve saber, para o resultado final do exercício. -----

Muito obrigado” -----

----- **DE SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADO POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 28 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P015/2022 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2022 A 2025. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19404**, datado de **2022.03.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos de 2022 a 2025, os encargos decorrentes do procedimento em referência. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa, registada sob o n.º 7456/2022, do Setor de Contabilidade, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 18 de fevereiro findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 36.000,00€ e pelo prazo de execução de 48 meses e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada também de 18 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento, salientando que a despesa dispõe de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P159/2021 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA, PARA EFETUAR O SERVIÇO DE RECOLHA DE MONOS – RELATÓRIO FINAL. -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19456**, datado de **2022.03.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para contratação dos referidos serviços, através da celebração de contrato de leasing com o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, n.º 28, no Porto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o Relatório final registado sob o n.º 63.949-A/2021, do **Júri** designado para o procedimento supramencionado, instruído com a respetiva minuta de contrato a celebrar com o **Banco Comercial Português, S.A.**, com sede na Praça D. João I, n.º 28, no Porto, para efeitos do designado em epígrafe, pelo valor de 50.200,24€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor) e pelo prazo de execução de 48 meses. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 23 do mês findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior a designação de gestor do contrato e a aprovação da minuta do contrato a celebrar. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P186/2021
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING,
PARA AQUISIÇÃO DE 4 VEÍCULOS ELÉTRICOS – RELATÓRIO FINAL. -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23239**, datado de **2022.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para contratação dos referidos serviços, através da celebração de contrato de leasing com o Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, n.º 28, no Porto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o Relatório final registado sob o n.º 29.076-A/2021, do **Júri** designado para o presente procedimento, instruído com a respetiva minuta de contrato a celebrar com o **Banco Comercial Português, S.A.**, com sede na Praça D. João I, n.º 28, no Porto, para efeitos do designado em epígrafe, pelo valor de 108.361,76€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor) e pelo prazo de execução de 48 meses.

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 23 do mês findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior a designação de gestor do contrato e a aprovação da minuta do contrato a celebrar. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P044/2021 –
REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE MINDE – TROÇO ENTRE O KM 75+875 E O KM
79+650. -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23979**, datado de **2022.03.25**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento do processo registado sob o n.º 76.545/2021, da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, a anexar projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 10 de março em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 3.184.130,36 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se nos custos médios unitários, resultantes de procedimentos anteriores para empreitadas da mesma natureza. -----
---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO ANTÓNIO FIGUIERA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou a seguinte declaração de voto: “Hoje é um dia importante para a freguesia de Fátima. A aprovação da requalificação da Estrada de Minde teve finalmente luz verde, sendo um investimento fundamental para o crescimento e desenvolvimento urbano para a zona sul da



freguesia. Num investimento de mais de três milhões de euros, com extensão de mais de 3 quilómetros, que contempla a melhoria e o aumento da plataforma viária, a requalificação e ampliação das infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, a implementação de espaços pedonais e cicláveis com vista a promover a mobilidade sustentada e inclusiva. -----

Sabemos que é uma obra que vai criar constrangimentos durante os 365 dias de prazo de execução, contudo esse é um esforço que a comunidade estará certamente disponível e preparada para suportar porque finalmente viu uma obra sair dos programas eleitorais e isso deve-se ao Sr. Presidente da Câmara e a este executivo municipal a quem dou os meus parabéns pela coragem que tiveram. -----

Um bem-hajam!” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P053/2022 – ACORDO QUADRO DE ELETRICIDADE DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (BTN-IP/BTE/MT), DURANTE 12 MESES. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 28747**, datado de **2022.04.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da informação registada sob o n.º 50.181/2021, da **Divisão de Projetos Técnicos**, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 28 de março findo, do **Serviço de Contratação Pública e**



Aprovisionamento, a propor a adesão ao Acordo Quadro da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de conformidade com o disposto no artigo 259.º, do Código dos Contratos Públicos, mediante a adjudicação por lotes, pelo período de doze meses, com os preços base que a seguir se especificam: -----

- Lote 1 – Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública (BTN-IP) – 1.866.861,27€; -----
- Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) – 253.869,69€; -----
- Lote 3 – Média Tensão (MT) – 542.752,80€. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 29 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento em apreço. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE “P012/2021 – RECONVERSÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA EM CENTRO ESCOLAR DA ATOUGUIA. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31757**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir os encargos decorrentes da alteração em referência, do seguinte modo: -----

----- Ano de 2022 – 653.562,59€ + IVA -----



----- Ano de 2023 – 490.768,02€ + IVA -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do procedimento acima mencionado, foi apreciada a informação n.º 16/2022, de 04 de abril em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que se passa a transcrever: “Processo Tribunal de Contas 2288/2021 -----

---- No âmbito do 2º pedido de esclarecimentos formulado pelo Tribunal de Contas para podermos responder à 2ª questão será necessário reformular o pedido de repartição de encargos com verba suficiente pelo prazo de execução do contrato. Convém referir que o prazo de execução desta empreitada é de 12 meses e à data em que foi efetuado o compromisso, era expectável que a empreitada fosse executada na sua totalidade no ano de 2022. -----

---- Com os atrasos verificados, decorrentes da aprovação da candidatura, será expectável que a empreitada apenas tenha o seu início nos primeiros dias do mês de junho, ou seja a repartição de encargos deverá ser ajustada da seguinte forma: -----

----- Ano de 2022 – 653.562,59 + IVA, ou seja 692.797,55€ -----

----- Ano de 2023 – 490.768,02€ +IVA, ou seja 520.214,10€ -----

---- Em face o exposto, o processo deverá ser remetido ao órgão deliberativo para autorizar a nova repartição de encargos. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- O processo encontra-se instruído com a minuta de adenda ao contrato, registada sob o n.º 26.918-A/2022, a celebrar com **Valeixa – Construção Civil, Limitada**, com sede na Rua Faria da Gama, n.º 10, em Barrocas, da Freguesia e Concelho de Pombal. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----



----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23244**, datado de **2022.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação, datada de 04 de março corrente, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 5137-A/2022, a celebrar com a **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 104.000,00€, os encargos decorrentes da aquisição de terreno, com o objetivo de criar um parque de estacionamento junto ao edifício multiusos, sito em Gondemaria, da referida união de freguesias, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA** expôs o seguinte: “Gostaria de felicitar a Junta de Freguesia que, em seis meses, conseguiu encontrar aqui uma solução que se avizinhava difícil na resolução de um problema que já tem alguns anos, a falta de estacionamento no centro cívico da Freguesia. É ali que estão o Centro Social, o Centro de Saúde, a Junta de Freguesia,



farmácia, multibanco e outros serviços. É um espaço que tem cerca de dez lugares de estacionamento, claramente insuficientes o que leva aos estacionamentos ao longo da estrada municipal e em outros caminhos adjacentes, com os problemas que ocorrem quase todos os dias, coimas inclusive. Gorada a possibilidade do executivo anterior adquirir o terreno que estava à venda, tendo sido, infelizmente, adquirido por um particular, não tendo sido possível adquiri-lo pela Junta de Freguesia, desconhecendo as vicissitudes do processo. Agora, esta Junta de Freguesia, em tempo útil e rápido, foi capaz e foi proativo, daí as minhas felicitações, encontrou um terreno que o respetivo proprietário se predispôs, e para ele também os meus parabéns, a vender e a disponibilizar este terreno para esta infraestrutura tão útil e necessária para a Freguesia. -----

Por outro lado, felicitar também a Câmara Municipal pelo apoio significativo que atribui, sem o qual, seria mais difícil à Junta de Freguesia concretizar este desiderato. -----

Desejar apenas, quando estiver formalizado todo o processo, que o projeto e a obra possa acontecer para disponibilizar esta infraestrutura à Freguesia. -----

Muito obrigado” -----

= **ANTÓNIO MANUEL OLIVEIRA SILVA**, na qualidade de Presidente União das Freguesias de

Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Muito boa tarde a todos -----

Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, Sr. João Moura, em seu nome cumprimento a respetiva mesa. -----

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Luís Albuquerque, e seus vereadores. ---

Senhores Deputados Municipais, caros colegas Presidentes de Junta. -----

Estimado publico, Comunicação Social aqui presente, e a todos aqueles que nos estão a acompanhar em suas casas através dos meios audiovisuais ao seu despor. -----

Hoje com a aprovação da celebração de um protocolo de apoio financeiro entre o Município de Ourém e a União de Freguesias de Gondemaria e Olival para a compra de um terreno na Gondemaria junto ao edifício da Junta de Freguesia, a nossa Freguesia e o seu povo ficam muito engrandecidos! -----

Queria dirigir um especial agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Albuquerque, que desde sempre apoiou esta necessidade, e que



rapidamente acedeu à nossa solicitação de apoio, porque era urgente resolver esta questão em virtude de não haver outras possibilidades que fossem centrais ao edifício multiusos da Gondemaria. -----

A nossa gente, vê assim, o início daquele que será o futuro Parque de estacionamento da Gondemaria, que servirá a todos aqueles que usufruem de todos os serviços que ali se encontram fixados. -----

São eles, a Junta de Freguesia de Gondemaria, o Centro de Saúde de Gondemaria, o Centro de 3.^a Idade de Gondemaria (Lar de idosos), a Farmácia, o Laboratório de análises clínicas, a Clínica Dentária, Balcão Multibanco, Loja de Roupas e uma mercearia / Mini/mercado, etc. -----

Com a construção do futuro Parque de Estacionamento, no terreno que hoje temos o vosso apoio para adquirir, vários constrangimentos para a população deixarão de existir, tais como as frequentes multas, mas também a acessibilidade aos serviços por parte das pessoas com maiores dificuldades motoras, que podem estacionar corretamente num local muito mais próximo a breve trecho. -----

A compra deste terreno será imprescindível, e uma mais valia para o crescimento da nossa terra, a bem do futuro das nossas gentes, posto isto, mais uma vez o meu agradecimento em nome da população. -----

Obrigado.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23257**, datado de **2022.03.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.03.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Fátima, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito das comemorações dos 25 anos da elevação de Fátima a Cidade, o **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação, datada de 02 de fevereiro findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 4535-A/2022, a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, sediada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 84.000,00€, os encargos decorrentes das festividades acima mencionadas, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa àquele apoio. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Este ano Fátima celebra os 25 anos da sua elevação a cidade. -----

Dada a relevância destas comemorações, a Junta de Freguesia de Fátima tem prevista a realização de 25 iniciativas, a abranger de todas as faixas etárias, diferentes públicos e sensibilidades. Toda esta programação só poderá ser efetivada com a colaboração de diversas entidades, nomeadamente o Município de Ourém. -----

As atividades são de diversas áreas: -----

1. De celebração, memória e futuro, exemplo disso são as que irão decorrer no dia da Cidade a 12 de julho com o lançamento de uma revista cultural, a plantação de 25 árvores homenageando 25 personalidades ilustres de Fátima já falecidas e a



apresentação do hino da cidade; Serão também realizados 4 debates, com personalidades convidadas, de relevância nacional, sobre Marca e Desenvolvimento Local, Economia e Turismo, Urbanismo e Ambiente e uma última sobre Turismo Religioso. -----

2. A realização de um Festival de Folclore e desfile etnográfico; um concurso fotográfico sobre Fátima; uma exposição de fotografias antigas (estabelecimentos comerciais, hoteleiros e industriais). -----
3. De música, com diversos festivais promovidos pelo Conservatório -----
4. De desporto, com a 9ª Caminhada da Paz e o 9º Fátima Trail Team -----
5. De ambiente, com o evento Limpar Fátima, que contará com a presença dos escuteiros, quer de Fátima, quer das freguesias vizinhas. -----
6. De gastronomia, com o Festival das Sopas do Verde, o Mercado de produtores locais e um jantar temático de produtos regionais. -----
7. Envolvimento da comunidade educativa e infanto/juvenil como por exemplo um Peddy Paper à descoberta de Fátima e um concurso literário, subordinado ao tema, *A cidade de Fátima em 2047*. -----
8. De comunidade, com o IV Festival da Paz, a Festa da Família e a Sardinhada do povo. -----
9. Um encontro de autores regionais ou um festival de esculturas em pedra e metal. ---

Nestas comemorações teremos também a participação nas atividades das Juntas de freguesia da Atougua, Nossa Senhora das Misericórdias, S. Mamede e Santa Catarina da Serra. -----

Ao querermos comemorar com dignidade estes 25 anos de elevação de Fátima a cidade, até pelo impacto que a nossa terra tem a nível nacional e até internacional, facilmente se pode constatar que representam um elevado encargo para esta Junta, devido aos custos das atividades agendadas e à respetiva logística que comportam. -----

Só as conseguiremos realizar com o apoio financeiro atribuído pelo Executivo Municipal e hoje, aqui aprovado, na Assembleia Municipal. Sem esta colaboração não seria de todo possível comportar toda a produção e logística que as atividades assim exigem. -----



Em nome de Fátima e de todos os fatimenses o nosso Obrigado, deixando o convite para participarem nos vários eventos que irão decorrer ao longo deste ano. -----

Bem Hajam” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA “CAMINHOS D’OURÉM” 2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 27964**, datado de **2022.04.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente as Freguesias e as Uniões de Freguesias, através da celebração de protocolos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 18.135/2022, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a propor a realização do evento supra designado, nos meses de abril a outubro do corrente ano, nos moldes e condições que especifica, com custos estimados em 5.057,00€. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 29 de março findo, a referir que a presente despesa dispõe de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



---- O processo encontra-se instruído com proposta de texto de protocolo, a celebrar com as freguesias e uniões de freguesias participantes. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE FREIXIANDA – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 28743**, datado de **2022.04.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.04, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta de reconhecimento de interesse público municipal da área do projeto de reformulação do nó de ligação da Rua do Valongo (ER356) com a Estrada Real, na parte coincidente com a restrição da Reserva Ecológica Nacional, que integra o acesso à futura área de acolhimento empresarial de Freixianda, nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Sobre o assunto designado em epígrafe, o **Chefe do Serviço de Planeamento do Território** prestou a informação registada sob o n.º 20.268/2022, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “No seguimento da submissão do *pedido de reconhecimento de relevante interesse*



público formalizado pelo Município junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo em 16 de setembro de 2021 - para a intervenção coincidente com áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), de acordo com o estabelecido no Regime Jurídico da REN (RJREN) - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, no contexto das obras de urbanização de suporte ao desenvolvimento da futura Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda, solicitou aquela entidade da Administração Central (em 03 de março de 2022), diversos elementos, designadamente: -----

- i) Declaração da entidade promotora sobre a inexistência de localização alternativa e as vantagens ambientais da localização pretendida; -----
- ii) Declaração de interesse municipal emitida pela Assembleia Municipal. -----

---- Assim, considerando tudo o que vem de ser referido na informação com a referência 18266 de 10 de março de 2022, com a qual concordamos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

Primeiro – declarar que, por ter sido considerada estratégica, por conjugar favoravelmente fatores naturais, de ordenamento do território (Cf. estratégia de desenvolvimento territorial vertida na 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém), geográficos, institucionais, de estrutura da propriedade e de classificação da freguesia como território de baixa densidade, reforçados pela aprovação da candidatura da Área de Acolhimento Empresarial, efetuada ao Programa Operacional Regional do Centro - com um investimento total previsto de 5.280.481,86€ e uma comparticipação financeira FEDER de 3.000.000,00€, não se encontram alternativas à sua localização; -----

Segundo – atendendo à construção e reforço das infraestruturas gerais, e aos arranjos exteriores consagrados no projeto, decorrem impactos ambientais positivos, designadamente no que concerne ao bem ambiental, *água*; -----

Terceiro - concordar com a proposta de reconhecimento de interesse público para a área do projeto de reformulação do nó de ligação da Rua do Valongo (ER356) com a Estrada Real coincidente com a restrição Reserva Ecológica Nacional – que integra o acesso à futura Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º



166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto - que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, e submeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Pensava que estes pedidos de reconhecimento de interesse público tivessem acabado com a aprovação do PDM. Aprovámos qui um PDM há dois anos, nem sei se foi assim há tanto tempo, e pensava que tudo isto estava previsto. -----

O nosso sentido de voto não vai nada contra ao facto de se fazer a rotunda. É para demonstrar que aprovámos o documento mais nobre, a maneira como se gere um concelho, aprovado há muito pouco tempo, um trabalho de anos e anos, e continuam a vir estes pedidos. Para nós esta questão não faz sentido nenhum. O que faz sentido é pensar as coisas. É o maior investimento de sempre do Município de Ourém e as coisas não são programadas. Está em espaço REN, tudo bem, mas deveria estar programado, pensado no âmbito do PDM.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Um PDM quando é começado a trabalhar foi, talvez, há dez anos e, há dez anos, talvez nem se imaginasse que iria existir a zona industrial. Terminou há dois anos e já alterou. No ponto seguinte, vamos ter outra situação idêntica, também numa zona industrial, mas que também é necessária. -----

Faz parte de um processo dinâmico que vai acontecendo” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADO POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL PS; 29 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL**



PPD/PSD, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.14 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31756**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão de declaração de interesse público municipal.

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 23.946/2022, da firma **AR Ferragens de André Ribeiro, Unipessoal, Limitada**, com sede na Rua do Picão, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a requerer, com os fundamentos que enumera, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, a fim de levar a efeito a construção de um pavilhão na Rua dos Cantes, na localidade de Lagoa do Furadouro, da dita freguesia, a que se refere o processo de obras n.º 1616/2021, aprovado por despacho, de 21 de fevereiro de 2022, do Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade** prestou a informação registada sob o n.º 29.266/2022, a esclarecer que a pretensão se localiza em solo urbano e implica o abate de algumas azinheiras existentes na área de implantação do edifício, com consequente autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., que solicitou ao requerente a referida declaração. Termina a deixar a decisão superior a emissão da mesma. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de dizer que não são casos comparáveis, este e o ponto anterior. Este tem a ver com a questão das azinheiras, uma questão que vai acontecer sempre. -----

Votaremos a favor esta matéria. São casos incomparáveis. O ponto anterior é um projeto com a dimensão que tem e este ponto é uma questão de azinheiras.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, pode ler-se na documentação que nos foi disponibilizada, que o promotor pretende a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, com o objectivo de levar a efeito a construção de um pavilhão industrial sito em Lagoa do Furadouro, cuja arquitectura já se encontra aprovada pela Câmara Municipal. A referida declaração foi solicitada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas no seguimento do pedido para abate de árvores protegidas (azinheiras), sem o qual a construção do pavilhão não é possível. Neste enquadramento, o MOVE não obstaculiza o desenvolvimento económico do nosso concelho, nem sequer se manifesta contra a iniciativa privada que visa a promoção desse mesmo desenvolvimento. Achamos, no entanto, que o desenvolvimento económico não se deve fazer à custa de outros valores igualmente importantes, designadamente os respeitantes à natureza, ao ambiente e à sua sustentabilidade. Consideramos, por isso, que deveria ponderar-se uma solução alternativa ao estrito abate das azinheiras, procurando assim conciliar os dois interesses em causa. Neste sentido, o nosso sentido de voto neste ponto da Ordem de Trabalhos não pode deixar de ser o da ABSTENÇÃO.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA POR MAIORIA, COM 01 ABSTENÇÃO GRUPO MUNICIPAL MOVE; 33 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 06 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS. -**



----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AQUISIÇÃO DE TERRENO COM EDIFICAÇÕES – PRAÇA D. MARIA II E RUA DR. ANTÓNIO JUSTINIANO DA LUZ PRETO – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31759**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 18 de fevereiro transato, a Câmara deliberou aceitar a aquisição das parcelas de terreno em apreço, pelo montante de 350.000,00 euros. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado com a carta registada sob o n.º 28.702/2022, de **Luíz Manuel de Oliveira Cúrdia e outro**, a propor o seguinte plano de pagamentos: -----

- Junho de 2022:-----
 - Maria Manuela da Encarnação Nunes – 87.500,00€;-----
- Junho de 2023:-----
 - Maria Manuela da Encarnação Nunes – 29.166,00€;-----
 - Luíz Manuel de Oliveira Cúrdia – 51.042,00€;-----
 - Ana Maria da Encarnação Nunes Bernardo André – 51.042,00€;-----
- Junho de 2024:-----
 - Luíz Manuel de Oliveira Cúrdia – 65.625,00€;-----
 - Ana Maria da Encarnação Nunes Bernardo André – 65.625,00€. -----



---- O processo encontra-se ainda instruído com as informações, datadas de 12 do mês em curso, que se passam a especificar: -----

- Do **Setor de Património**, a referir que o plano de pagamentos apresentado é exequível;
- Do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa emergente da aquisição proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31761**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do pagamento do valor de 181,30 euros, relativo às taxas de apreciação do processo de propriedade horizontal do seu edifício sede, bem como do fornecimento da certidão da respetiva propriedade horizontal. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada o ofício registado sob o n.º 15.417/2022, da **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com sede na Rua Dr.



Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta cidade, a solicitar a devolução da verba de 101,20€, correspondente à taxa de apreciação do processo de propriedade horizontal do seu edifício sede. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 18.856/2022, a remeter a decisão superior a devolução do referido montante e a dar conta de que a emissão da respetiva certidão terá um custo de 80,10€. -----

---- Ouvida igualmente sobre o assunto, a **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 22.952/2022, a propor a devolução do montante pago (101,20€) e a eventual isenção do pagamento da taxa relativa ao fornecimento da certidão de propriedade horizontal, no valor 80,10€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA** expôs o seguinte: “Quanto ao pedido de isenção de taxas não há nada a dizer, será sempre assim, para todas as freguesias. O que é de estranhar é ser um edifício no centro da cidade, com espaços comerciais no rés do chão e com diferentes usos, se bem me lembro, só em 2022 está a ser tratado o processo de propriedade horizontal.”

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – EPAL – EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. – PROPOSTA DE 3.º ADICIONAL AO CONTRATO ESPECÍFICO DE 5 DE JULHO DE 1991. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31758**, datado de **2022.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.04.18,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para celebrar o citado contrato. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da carta registada sob o n.º 15.605/2022, da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., sediada na Avenida da Liberdade, n.º 24, em Lisboa, a remeter o 3.º Adicional ao Contrato acima identificado, a **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade** prestou a informação n.º 58/2022, de 11 de março findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: **1. Enquadramento** -----

---- O Município de Ourém celebrou em 14 de julho de 1990 com a EPAL e os Municípios de Constância, Entroncamento, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha e a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Direção Geral dos Recursos Naturais, um **Contrato Genérico** para Construção do Sistema Adutor para Abastecimento de Água (modificado por Adenda de 3 de abril de 1991). -----

---- Na sequência desse contrato, a 5 de julho de 1991 foi celebrado um **Contrato Específico** para Construção de um Sistema Adutor de Abastecimento de Água, que permitia o fornecimento de água da EPAL ao Município de Ourém. Esse contrato foi alterado em 26 de novembro de 1993, através do **1.º Adicional** ao Contrato. -----

---- Em 12 de junho de 2013, no âmbito da renegociação do contrato de concessão de água foi celebrado o **2.º Adicional** ao Contrato Específico que consistiu na diminuição dos volumes mínimos e, em contrapartida, de extensão da duração do período de abastecimento originalmente contratado, até 2027, isto é, até ao término do contrato de concessão. -----

---- Atualmente, verifica-se um excedente anual de caudal relativamente às reais necessidades de água, face aos mínimos acordados desde a última revisão. Este excedente, deve-se ao forte investimento efetuado nos últimos anos, na remodelação das redes de abastecimento de água deste sistema e no futuro, à remodelação da rede de água do Bairro, em curso. Assim sendo,



verificou-se que estavam reunidas as condições para solicitar uma revisão dos consumos mínimos à EPAL. -----

---- Deste modo, foi solicitada uma revisão de mínimos à EPAL, cuja proposta resultou da articulação dos contributos da Be Water e da Tejo Ambiente. A Tejo Ambiente também deu contributos, uma vez que no Contrato de Gestão Delegada celebrado com esta empresa, está previsto que o abastecimento de água no concelho de Ourém transite para a Tejo Ambiente no término do contrato de concessão, isto é, em 2027. -----

---- A proposta de revisão dos mínimos do Município de Ourém foi analisada pela EPAL, tendo esta apresentado uma contraproposta, que foi novamente analisada pelo Município de Ourém, Be Water e Tejo Ambiente, tendo as partes encontrado um ponto de equilíbrio. Assim sendo, foi efetuada uma minuta de contrato, o **3.º ADICIONAL AO CONTRATO ESPECÍFICO DE 5 DE JULHO DE 1991**, que vai ser analisada na presente informação. -----

---- **2. Análise do 3.º ADICIONAL AO CONTRATO ESPECÍFICO DE 5 DE JULHO DE 1991**

---- Para considerar as pretensões do Município de Ourém foi feita uma minuta de contrato entre as partes, que se apresenta no anexo 1 da presente informação, nomeadamente entre a EPAL e o MUNICÍPIO DE OURÉM que considera basicamente as seguintes situações: -----

1. Enquadramento da necessidade de alteração do contrato existente (considerandos);
2. O acordo entre as partes relativo à tabela de mínimos apresentado no Anexo 1 (cláusula 1.ª); -----
3. A instalação de contadores nos pontos de entrega no prazo de um ano (cláusula 2.ª);
4. A prorrogação de prazo final desde 2027 até 2035 (cláusula 3.ª). -----

---- Relativamente ao **ponto 1** sobre o enquadramento da necessidade de alteração do contrato existente, o 3.ª adicional apresenta basicamente, os considerandos referidos no ponto 1 da presente informação, que são a justificação desta alteração ao contrato existente. -----

---- Sobre a tabela de mínimos referidos no **ponto 2**, na tabela seguinte apresenta-se a comparação entre os mínimos previstos no 2.º adicional e os mínimos previstos no 3.º adicional. -----

---- **Figura 1:** Comparação dos Mínimos Obrigatórios e seus Encargos -----



| Ano | Mínimos 2.º Adicional (m³) | Estimativa de custo (€/m³) | Encargo Anual (€) | Mínimos 3.º Adicional (m³) | Estimativa de custo (€/m³) | Encargo Anual (€) |
|-----------------|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| 2021 | 1 429 725,00 | 0,6148 | 878 994,93 € | 1260000 | 0,6148 | 774 648,00 € |
| 2022 | 1 440 175,00 | 0,6148 | 885 419,59 € | 1210000 | 0,6148 | 743 908,00 € |
| 2023 | 1 450 624,00 | 0,6148 | 891 843,64 € | 1167289 | 0,6148 | 717 649,28 € |
| 2024 | 1 461 074,00 | 0,6148 | 898 268,30 € | 1167289 | 0,6148 | 717 649,28 € |
| 2025 | 1 471 524,00 | 0,6148 | 904 692,96 € | 1167289 | 0,6148 | 717 649,28 € |
| 2026 | 1 481 973,00 | 0,6148 | 911 117,00 € | 1167289 | 0,6148 | 717 649,28 € |
| 2027 | 1 492 423,00 | 0,6148 | 917 541,66 € | 1167289 | 0,6148 | 717 649,28 € |
| TOTAL | | 6 287 878,07 € | | | 5 106 802,39 € | |
| Poupança | | | 1.181.075,68€ | | | |

---- A redução de mínimos indicada na tabela anterior, teve em consideração as projeções da Be Water, já com o contributo da rede nova do Bairro (redução de perdas), e também as projeções da Tejo Ambiente. -----

---- A redução dos mínimos implica uma poupança de encargos anuais. Deste modo, na tabela anterior foi feita uma simulação de poupança desses encargos, a suportar anualmente pela entidade gestora (Be Water) com o pagamento dos mínimos obrigatórios à EPAL. -----

---- Para isso, foi considerando o valor de custo à EPAL de 0,6148€/m³, que é o valor do ano de 2021. Embora este valor aumente ao longo dos anos, utilizou-se sempre o mesmo valor, de forma a ter-se uma noção estimada da poupança obtida entre os dois adicionais. Assim sendo, estima-se que ocorra uma redução de custos até 2027, no valor de 1.181.075,68€. -----

---- No Anexo 1 do 3.º adicional, relativo aos mínimos obrigatórios, também foram previstos os novos valores entre 2028 e 2035, cujo mínimo é de 1.167.289, igual ao do ano de 2023. -----

---- No que diz respeito instalação de contadores nos pontos de entrega no prazo de um ano, referida **no ponto 3**, o que se passa é que os contadores da EPAL, que medem os consumos de água da Be Water, não estão localizados na ligação entre as duas condutas, mas sim na conduta da EPAL, a uma certa distância da ligação. A Be Water alertou para este problema, porque legalmente é exigido a colocação dos contadores nessa ligação, para evitar a contagem de água numa rede à guarda de outrem, que até pode ter roturas, aumentando assim a contagem. A EPAL comprometeu-se a resolver a situação no prazo de um ano. -----



---- Sobre o **ponto 4**, relativo à prorrogação de prazo até ao ano de 2035, a EPAL solicitou esta prorrogação, de modo a justificar a perda de receita que irá ter. Os mínimos destes anos já foram considerados no anexo ao contrato, sendo iguais ao ano de 2023. -----

---- **3. Conclusão** -----

---- Face ao referido solicita-se a aprovação do **3º ADICIONAL AO CONTRATO ESPECÍFICO DE 5 DE JULHO DE 1991**, pelos motivos acima invocados, cuja minuta se anexa à presente informação e que teve parecer jurídico favorável da Divisão de Fiscalização e Contencioso. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A presente revisão, vai permitir nos próximos 5 anos, no resto do período de vigência do contrato com a *Be water*, uma redução de custos diretos, na aquisição de água, em alta, superior a um milhão de euros. -----

A proposta apresentada a esta Assembleia parece-nos uma boa solução, e até a mais razoável porque o valor será diretamente investido na melhoria da qualidade do serviço prestado, que já tem parâmetros de excelência, mas que ainda apresenta algumas lacunas estruturais, designadamente e particularmente, através das ruturas em alguns locais específicos devido à antiguidade das condutas existentes, às expansões pontuais de rede, e outras de investimento, que são suportadas pelo município face a já estarem fora do plano de investimentos da concessionária. -----

Assim congratulamos-mos com esta renegociação e damos os parabéns ao município. -----

Evidentemente que poderíamos pensar em devolver às famílias e às empresas este diferencial! Contudo, depois da ponderação de distribuição verifica-se que estamos a falar de valores médios, abaixo dos 50 cêntimos mensais na fatura. Neste quadro, podemos concluir que esse impacto é meramente residual. -----

É bom recordar do seguinte: por imposição do contrato inicial, este foi renegociado com a concessionária *Be water* em 2015, momento de ouro para se poder equacionar a sua



resolução. Não foi esse o caminho, nem tão pouco equacionado, refletindo-se num aumento efetivo de 58% no preço ao consumidor, mas também numa redução substancial nos investimentos previstos, impacto que agora cai diretamente na esfera do Município que se vê obrigado a investir sob a sua responsabilidade, sem outra hipótese, para realizar os investimentos necessários e prementes.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinha verificado qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

----- Tomando a palavra, a 1.^a SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezoito horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo



senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO